

INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

SUBSEQUENTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE NÍVEL
MÉDIO EM
DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO NA
FORMA
SUBSEQUENTE**



Campus
Tefé

2023

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Camilo Santana
Ministro da Educação

Jaime Cavalcante Alves
Reitor do IFAM

Rosangela Santos da Silva
Pró-Reitora de Ensino

Jucimar Brito de Souza
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

Maria Francisca Moraes de Lima
Pró-Reitora de Extensão

Adanilton Rabelo de Andrade
Pró-Reitor de Administração e Planejamento

Leandro Amorim Damasceno
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Elson Alves de Moura
Diretor Geral do *Campus* Tefé

Remo Lima Cunha
Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão
Campus Tefé

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela PORTARIA Nº 144-GDG/CTEF/IFAM, de 14 de novembro de 2022 para comporem a Comissão responsável pelo planejamento, elaboração e execução da reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário no âmbito do IFAM-Campus Tefé.

PRESIDENTE	Ricardo Alexandro de Santana
MEMBROS	José Lima Moraes Marcos Vinicius Ribeiro de C. Simão Martinho Correia Barros Orleans dos Santos Brito Oziel de Sá Dantas Willian Funke

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2	JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO	6
2.1	HISTÓRICO DO IFAM	8
2.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari	9
2.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus	10
2.1.3	A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira.....	11
2.2	O IFAM NA FASE ATUAL	12
3	OBJETIVOS	14
3.1	OBJETIVO GERAL	14
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
4.	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	15
4.1	PROCESSO SELETIVO	15
4.2	TRANSFERÊNCIA	16
5.	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	18
5.1	POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO.....	18
5.2	ITINERÁRIO FORMATIVO	19
6.	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	20
6.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.....	22
6.1.1	Cidadania	23
6.1.2	Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)	24
6.1.3	Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática.....	26
6.1.4	Respeito ao Contexto Regional ao Curso.....	27
6.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	29
6.2.1	Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais.....	33
6.3	MATRIZ CURRICULAR	34

6.4	CARGA HORÁRIA DO CURSO	37
6.5	REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO	39
6.6	EMENTÁRIO DO CURSO.....	40
6.7	PRÁTICA PROFISSIONAL	43
6.7.1	Atividades complementares.....	44
6.7.2	Estágio Profissional Supervisionado.....	47
6.7.3	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.....	50
7.	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	52
7.1	PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO	54
8.	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	55
8.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	58
8.2	NOTAS.....	59
8.3	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA	60
8.4	PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTES E CONCOMITANTE	61
8.5	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	64
9.	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	65
10.	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	66
10.1	BIBLIOTECA.....	66
10.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	67
10.3	DISTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES FÍSICOS.....	67
10.4	QUALIDADE E QUANTIDADE DE LABORATÓRIOS.....	68
11.	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	69
11.1	CORPO DOCENTE	69
11.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	70
	REFERÊNCIAS	71

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EIXO TECNOLÓGICO:	Desenvolvimento Educacional e Social
FORMA DE OFERTA:	Subsequente
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Noturno
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	800h
CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO ou PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO – PCCT	160h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100h
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1.060h
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	1,5 anos
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Semestral
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	<i>Campus Tefé</i> situado na Rua João Estefano, 625, São José, Tefé/ Amazonas.
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	40 vagas

2 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

É possível perceber numa sociedade de relações complexas que os sistemas formais de ensino, de forma isolada, não podem dar resposta, com a multiplicidade e flexibilidade necessárias, às solicitações dos mais diversos grupos. Por essa razão, multiplicam-se processos e estruturas de educação e intervenção nas comunidades.

Neste contexto, surge o Centro Vocacional Tecnológico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMT) que busca formar jovens de áreas rurais envolvidos nas atividades de manejo participativo com o intuito de fomentar maior autonomia no uso de tecnologias para o manejo de recursos naturais e gestão associativista. É desta experiência exitosa, de educação não formal, que se inicia um diálogo entre o *campus* Tefé e o Instituto Mamirauá com o objetivo de ampliar a formação tecnológica para o desenvolvimento educacional e social do Médio Solimões.

A oferta do Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário pretende responder, de uma maneira sustentável, aos problemas que grupos populacionais, em particular os mais desfavorecidos, vivenciam na sua vida cotidiana, por meio do desenvolvimento de ações para melhoria das suas condições de vida. Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade.

Assim, o *campus* Tefé tendo este compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social, visando explorar as potencialidades de desenvolvimento, a vocação produtiva local, a geração e transferência de tecnologias e a inserção, nesse espaço, da mão de obra qualificada, apresenta um programa de formação em que busca consolidar e ampliar suas redes e parcerias num processo dialógico de construção e troca de conhecimentos técnico e tecnológico a partir da práxis educacional comunitária. A educação comunitária tem como meta desenvolver ações para que a educação seja a principal força motriz da sociedade, dinamizando o

desenvolvimento das pessoas por meio de sua participação em ações sociais inseridas em uma vivência integrada entre escola e comunidade. Funciona como o elemento de ligação, como catalisador para uma sociedade mais saudável, justa, solidária, empreendedora, aprimorando simultaneamente comunidade e a educação, compondo uma vivência única de aprendizado.

A Educação Comunitária pelas suas características de intervenção junto às comunidades locais procura contribuir com o desenvolvimento social por meio do suporte a grupos de população e pelo aumento da sua capacitação e conscientização. Deste modo, a ação do Orientador Comunitário deve estar direcionada aos problemas concretos que as pessoas vivenciam no seu contexto, contando com a sua participação ativa. Devido a sua especificidade, estas intervenções deverão ser de âmbito local, abordadas numa perspectiva sistêmica e integrada, realizadas em moldes diversos da educação formal.

O Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário, considerando esta realidade, poderá educar a população para uma mudança nos padrões de produção e consumo; realizar um trabalho preventivo para redução da incidência de doenças, levando em conta a necessidade de um meio ambiente saudável, uma alimentação e nutrição adequadas, poderá promover a melhoria de vida das crianças, adolescentes e jovens, garantindo-lhes a condição de cidadãos de direito, proporcionar as possibilidades para uma vida produtiva, com participação efetiva na família e na comunidade.

Trabalhando na organização de grupos de interesses coletivos, associações, cooperativas, o profissional deverá promover a integração e facilitar os processos de inclusão social, desenvolver atividades de geração de emprego e renda, ou ainda de práticas físico-desportivas, artístico-cultural, recreação e entretenimento.

Deverá, portanto, ter capacidade para diagnosticar e analisar a conjuntura social da comunidade; definir e redefinir diretrizes de ação frente a conjunturas específicas; elaborar, executar e avaliar programas e projetos de interesse da comunidade que visem à melhoria da qualidade de vida.

2.1 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus* São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

2.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendizes de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo

Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus* Manaus Distrito Industrial.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus* Coari, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

2.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM Campus Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

2.1.3 A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

2.2 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *Campi* e um *Campus* avançado, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Boca do Acre e Tefé. Além desses *Campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

HISTÓRICO DO CAMPUS TEFÉ

Na Fase III, o Estado do Amazonas foi contemplado com quatro novos *campi*, distribuídos nas mesorregiões localizadas nos municípios de Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara e Tefé. O compromisso público de interiorização da educação profissional se estabelece na região, de forma concretamente incisiva.

Os cursos oferecidos devem estabelecer sintonia com os arranjos produtivos de cada localidade, a fim de que venham a contribuir para o efetivo desenvolvimento socioeconômico da região. O *Campus* Tefé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas integra o programa de expansão da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) na região norte do país. Os objetivos do plano de expansão preveem a ampliação dos espaços de formação profissional e a elevação do nível de escolaridade de um número cada vez maior de jovens e adulto, principalmente dos municípios da região do Médio Solimões.

O *Campus* Tefé foi criado na Expansão III em parceria com a Prefeitura Municipal de Tefé. Suas atividades administrativas e didático-pedagógicas tiveram início no dia 1º de abril de 2014, com um quadro composto de 200 (duzentos) alunos, 16 docentes, 05 técnico-administrativo 01 colaborador, no prédio cedido pela prefeitura, anexo da Escola Municipal Professor Luzivaldo Castro situado rua João Stefano, nº 625 – Bairro Juruá. Inicialmente, cinco turmas foram ofertadas: duas na Forma Integrada - Administração e Informática e três na Forma Subsequente - Administração, Contabilidade e Informática.

Em 2022, com oito anos de atuação no município, o *Campus* Tefé oferta Cursos Técnicos nas Formas Integrada e Subsequente nos Eixos Tecnológicos em: Gestão e Negócios - Curso Técnico de Nível Médio em Administração e curso médio técnico subsequente em Vendas; Informação e Comunicação - Curso Técnico de Nível Médio em Informática; Recursos Naturais - Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária, Curso Técnico de Nível Médio em Agroecologia na forma Subsequente e Curso Técnico de Nível Médio em Florestas na Forma Subsequente; Desenvolvimento Educacional e Social – Curso Técnico em Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário. Além dos Cursos Técnicos referidos, o *campus* dispõem do Curso de Graduação (Pedagogia) e Pós-Graduação (Educação no Campo, Filosofia da Educação, História, Cultura Africana e Afrobrasileira, Educação Profissional e Tecnológica) por meio de parceria com a Universidade Aberta do Brasil - UAB na modalidade Educação à Distância (EAD). São contabilizados 328 alunos do Ensino Médio Integrado, 192 alunos da Forma Subsequente, segundo os dados atualizados no primeiro semestres de 2022.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente tem como objetivo geral capacitar profissionais com habilidades para organizar grupos de interesse em comunidades, articular temáticas de cultura, educação, esporte e lazer, meio ambiente, saúde, turismo, trabalho e renda, identificar necessidades e demandas sociais, desenvolver ações temáticas para o desenvolvimento de lideranças comunitárias, executar campanhas socioeducativas e promover ações de integração da comunidade e de aproximação positiva.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O Curso de Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário tem como objetivos específicos capacitar o aluno para:

- Intensificar as vivências comunitárias fortalecendo a noção de pertencimento;
- Desenvolver projetos que contemplem a comunidade como espaço de aprendizado;
- Promover a utilização dos recursos da cidade em geral e da comunidade em particular;
- Trabalhar junto a comunidades, promovendo mudança nos processos educacionais;
- Contribuir para o desenvolvimento local;
- Ajudar na solução de problemas (coletivos) concretos;
- Contribuir para a melhoria da qualidade e distribuição de bens e serviços;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida;
- Apoiar o reforço do funcionamento democrático de participação e poder dos cidadãos na gestão pública em geral e da sua própria situação, em particular;

- Promover a capacitação de grupos de população através da formação, organização e desenvolvimento de relações entre diferentes grupos sociais;
- Ajudar na procura de uma maior justiça social para minorias e grupos sociais desfavorecidos

4. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho. Os critérios para admissão no curso se dará por processo seletivo público, classificatório, realizado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas, aos candidatos que já possuam o Ensino Médio, de acordo com a forma de avaliação de acesso adotado pelo *campus*.

Cada processo de admissão no curso deverá apresentar edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *Campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular (integrada/subsequente/modular/seriada) período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames ou entrevistas, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso. Neste Edital serão contemplados também, os candidatos amparados pelo regime de cota, conforme preceitua Legislação específica.

4.1 PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo IFAM – *Campus* Tefé ocorrerá por meio de:

I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-Reitoria de Ensino;

II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;

III – apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, vestibular classificatório, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, por meio da Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, aos candidatos concluintes da última série do Ensino Médio. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula a documentação comprobatória de conclusão do curso, certificado do Ensino Médio ou equivalente.

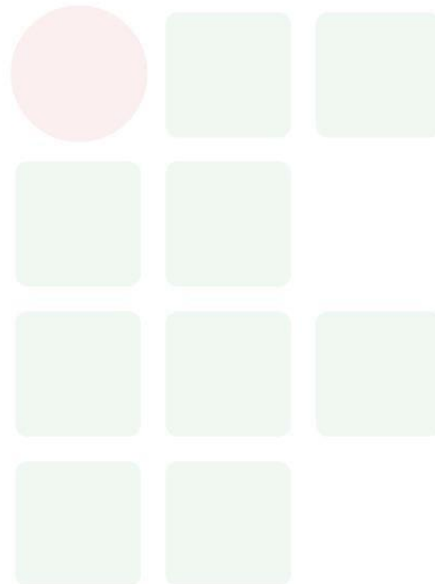
Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

4.2 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro *campus* do IFAM (Intercampi) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94-CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;
- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;
- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre Letivo.



5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário formado pelo IFAM *Campus Tefé* será habilitado para: Organizar grupos de interesse em comunidades; Promover ações de integração da comunidade e de aproximação positiva; Articular temáticas de cultura, educação, esporte e lazer, meio ambiente, saúde, turismo, trabalho e renda. - Identificar potencialidades, necessidades, demandas sociais, riscos e ameaças às condições de vida locais; Ler e interpretar informações geradas a partir dos dados coletados no território e nos aparelhos de serviços públicos e acadêmicos. - Elaborar projetos e programas sociais; Desenvolver ações temáticas para o desenvolvimento de lideranças comunitárias; Executar campanhas socioeducativas.

As características esperadas para atuação deste profissional são: Conhecimentos e saberes relativos à articulação de atores sociais ao fortalecimento da atuação em rede de organizações públicas e privadas; Saberes relativos à valorização de memórias e identidades locais que fortaleçam as expressões culturais comunitárias; Conhecimentos relacionados ao associativismo e à democracia participativa, à governança e à gestão territorial transparente e sustentável, às formas de organização e de incidência política; Conhecimentos e habilidades relacionados ao acesso e ao manejo de informações de interesse local, à elaboração e à execução de projetos e programas comunitários; Capacidade de lidar com imprevistos e construir soluções; Capacidade de administrar conflitos e exercer a conciliação e a liderança; Proatividade, criatividade, resiliência, flexibilidade e capacidade de persuasão.

5.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

O Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário possui diversos campos de atuação, tanto em instituições públicas, privadas e do terceiro setor. Dentre estas destacam-se:

- Conselhos tutelares; Associações comunitárias; Conselhos sociais e de políticas públicas; Sindicatos; Cooperativas; Organizações públicas, privadas e do terceiro setor; Setor de responsabilidade social e sustentabilidade de empresas

5.2 ITINERÁRIO FORMATIVO

O Profissional Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário pode optar por formação continuada em cursos de especialização técnica no itinerário formativo, bem como especialização técnica em planejamento de políticas públicas ou Especialização técnica em educação popular.

Além da formação continuada, o profissional técnico também poderá optar pela verticalização de estudo, cursando o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública; Curso Superior de Tecnologia em Processos Educacionais; Curso superior de Tecnologia em Produção Cultural; Curso superior de Tecnologia em Comunicação Assistiva; Bacharelado em Ciências Sociais; Bacharelado em Gestão de Políticas públicas ou Bacharelado em Serviço Social.

No âmbito do Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente do IFAM – *Campus Tefé*, existe a possibilidade do aluno possuir 2 (duas) certificações intermediárias, sendo:

- **Certificação Profissional – Agente de Ação Social:** após a integralização com êxito de todas as disciplinas do 1º Módulo.
- **Certificação Profissional – Agente de Projetos Sociais:** após a integralização com êxito de todas as disciplinas do 2º Módulo.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Este Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente atende aos pressupostos da legislação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira constante na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº. 9.394/96), bem como as demais resoluções e pareceres que normatizam a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de Eixos Tecnológicos constantes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) *4ª edição*.

O presente Projeto Pedagógico de Curso atende, também, à LDBEN em sua disposição acerca da imprescindibilidade de adaptação às necessidades e disponibilidades de seu público, assegurando aos que forem trabalhadores/as, as condições de acesso, permanência e êxito, mediante ações integradas e complementares entre si, proporcionando oportunidades educacionais apropriadas e considerando as características dos/as educandos/as, seus interesses, condições de vida e de trabalho.

Levando em conta a importância de oferta de propostas curriculares flexíveis (seja por meio de componentes curriculares, projetos, núcleos temáticos ou outras formas de organização), com finalidades e funções específicas, com tempo de duração definido e reconhecendo as experiências de vida dos jovens e adultos, inclusive quanto às vivências cotidianas individuais e coletivas, bem como ao mundo do trabalho, esse documento atende o disposto pelo Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, dialogando também com os estudos realizados por Maria Clara Bueno Fischer e por Naira Lisboa Franzoi (2009), acerca dos aspectos centrais da educação profissional para jovens e adultos trabalhadores e questionando a dicotomia histórica existente entre trabalho e educação, as pesquisadoras defendem a ideia de que o

“trabalhador-educando”, quando reconhecido pela escola como tal, é figura central para contribuir para a superação dessa dicotomia. Isso por que: é portador de uma cultura e de um patrimônio de experiências e saberes produzidos em situação de trabalho, na qual se fundem e, ao mesmo tempo, se separam trabalho intelectual e manual, criação e destruição. Quando reconhecido como par dialético com o professor no processo ensino-aprendizagem, dá-se lugar de destaque à experiência e cultura do trabalho na educação profissional como mediadora da produção de conhecimento na escola. (FISCHER; FRANZOI, 2009, p. 35).

Assim, é necessário repensar o lugar do educando/a-trabalhador/a no processo de ensino e aprendizagem reconhecendo e valorizando sua experiência de vida e sua experiência profissional de modo a torná-las mais significativas dentro do espaço escolar.

Ainda em diálogo com as autoras mencionadas, entende-se que a Educação Profissional é o espaço privilegiado para que se dê ao trabalho um lugar de destaque e de dignidade, buscando desconstruir uma ideia de trabalho dentro do aspecto da subalternidade, como tratado pelas autoras no artigo intitulado *Formação humana e educação profissional: diálogos possíveis* (2009). Nesta direção, contribui-se para a reafirmação da educação profissional como direito do trabalhador (FISCHER; FRANZOI, 2009).

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nos documentos legais que a fundamentam, pressupõe a promoção de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto do ponto de vista histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridadee pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei n. 9.394/96) que prevê, de modo geral, que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento e, para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam à sua formação humana e cidadã, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as

quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão, constituindo-se em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia e visando à construção de conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (PARECER CNE/CEB N.º 17/2020 de 10/11/2020 e RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1 de 05/01/2021) observam que a finalidade da educação profissional é proporcionar aos educandos conhecimentos, saberes e competências profissionais¹ demandados pelo exercício profissional e cidadão na perspectiva científica, tecnológica, socio-histórica e cultural.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio inclui, a esse respeito, a forma subsequente e também menciona sobre a necessidade de formar, por meio da educação profissional, cidadãos capazes de discernir sobre a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social, visando o bem coletivo.

Pautado nos aspectos descritos até aqui, pretende-se o desenvolvimento de um currículo que, para além de uma formação profissional, contribua na formação humana do educando.

6.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) compreende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

¹ Entendemos aqui o conceito de competência a partir do que é apresentado pela autora Acacia Kuenzer, a saber: “[...] o desenvolvimento de capacidades cognitivas complexas, em particular as relativas a todas as formas de comunicação, ao domínio de diferentes linguagens e ao desenvolvimento do raciocínio lógico-formal, competências estas desenvolvidas através de relações sistematizadas com o conhecimento através de processos especificamente pedagógicos disponibilizados por escolas ou por cursos de educação profissional” (KUENZER, s/d, p. 2).

6.1.1 Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde se incluem a oferta nas formas Integrada, Subsequente e Concomitante, bem como as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação a Distância, nos documentos legais que a fundamentam pressupõem a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam a formação humana e cidadã do educando, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão e se constituem em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, incluem-se a esse respeito a forma integrada e a modalidade EJA, também menciona sobre a necessidade de formar por meio da Educação Profissional cidadãos capazes de discernir a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social visando o bem coletivo.

6.1.2 Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio e EJA - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de omnilateralidade e politecnicidade, que consideram o sujeito na sua integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito omnilateral pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas,

materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral compreende as representações, comportamentos, valores, que constituem a identidade de um grupo social. (TAVARES et. al. 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de politecnia, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a politecnia, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”.

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente à realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o que o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressalta a necessidade da educação profissional assumir uma identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

6.1.3 Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, politécnico ou tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p.113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p.29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB e reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e associa a vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p.43) quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e viger, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de carga horária entre teoria e prática não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática. Devendo ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular os componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

6.1.4 Respeito ao Contexto Regional ao Curso

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que todos os núcleos envolvidos neste processo deverão realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais a localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, porém, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva além de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, assegurar que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitadas as legislação e normas educacionais

vigentes, permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio devem considerar no seu planejamento a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico-ambientais.

Sobre isso o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, conseqüentemente, os meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

6.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na perspectiva de uma educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o discente está inserido e tem as condições necessárias para nela, intervir através das experiências realizadas na escola.

O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao docente auxiliar o educando a entender esse processo e se posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando com os conteúdos propostos. A esse respeito VASCONCELOS (1992, p.02) enfatiza que:

O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial.

Nesta perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora. Portanto, os sujeitos envolvidos no processo devem ter a percepção do que é inerente à escola, aproveitando a bagagem cultural dos discentes nos mais diversos

aspectos que os envolvem. Conforme FREIRE (2002, p. 15).

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações (...)

É fundamental na elaboração do PPC dos cursos subsequentes observarem o perfil dos discentes, suas características, e, sobretudo suas especificidades visto que são alunos trabalhadores, pais de família, exercem atividades autônomas e realizam outros cursos fora da educação profissional. Enfim possuem experiências e conhecimentos relacionados com os fundamentos do trabalho.

Em relação a organização curricular dos cursos técnicos por núcleos (básico, tecnológico e politécnico) em todas as suas modalidades e formas (Resolução CNE nº06/2012), já apresentados nos princípios pedagógicos deste PPC, não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados entre si, permeando por todo o currículo, considerando as dimensões integradoras: trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com o eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão prever atividades, preferencialmente, de modo transversal, sobre metodologia e orientação para elaboração de projetos, relatórios, produção e interpretação textual, elaboração de currículo profissional, relações pessoais no ambiente de trabalho.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: atividades complementares, visitas técnicas, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.

Abre-se aqui um parêntese para enfatizar o método de estudo de caso, visto que é um instrumento pedagógico consolidado na educação profissional técnica e tecnológica no IFAM. Conforme Robert Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Enfim, trata-se de uma metodologia que promove o engajamento dos alunos e docentes em objetivos comuns, articulando teoria e prática e possibilitando a prática pedagógica interdisciplinar como requisito básico ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

O aluno enquanto coparticipante do processo desenvolverá suas habilidades voltadas para o perfil do curso, estando apto a assumir responsabilidades, planejar, interagir no contexto social em que vive e propor soluções viáveis à problemática trabalhada. Assim ambos trabalharão com o planejamento, elaboração de hipóteses e solução para os problemas constatados.

Desta forma a prática pedagógica interdisciplinar é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão e interlocução entre vários aspectos do ato de aprender visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Possibilita ao aluno observar o mesmo conteúdo sob enfoques de diferentes olhares das disciplinas envolvidas. De acordo com, Luck (1994, p. 64):

A interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade.

Portanto, o método de problematização resultará na aproximação dos alunos, por meio das atividades práticas e do pensamento reflexivo da realidade social em que vivem por meio de temas/problemas advindo do cotidiano ou de relevância social.

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc.. Em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas,

seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem.

Para que os alunos possam dominar minimamente o conjunto de conceitos, técnicas e tecnologias envolvidas na área é preciso estabelecer uma forte relação entre teoria e prática, incentivar a participação dos alunos em eventos (oficinas, seminários, congressos, feiras, etc), criar projetos interdisciplinares, realizar visitas técnicas, entre outros instrumentos que ajudem no processo de apreensão do conhecimento discutido em sala de aula.

A partir dessa visão, o processo de formação do Técnico de Nível Médio do IFAM ensejará uma estrutura a partir dos seguintes eixos teórico-metodológicos:

- Integração entre teoria e prática desde o início do curso;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos indissociados e fundamentais à sua formação;
- Articulação horizontal e vertical do currículo para integração e aprofundamento dos componentes curriculares necessários à formação do técnico de nível médio.
- Articulação com o mundo do trabalho nas ações pedagógicas;

Portanto, para o alcance desse propósito, faz-se necessário a promoção de reuniões mensais ou, no limite, bimestrais, entre os docentes com a perspectiva de realização de planejamento interdisciplinar e participativo entre os componentes curriculares e disciplinas constantes nos PPCs, com a participação dos representantes discentes na elaboração de eixos temáticos do contexto social em que o *campus* se situa.

6.2.1 Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais

Até 20% da carga horária mínima do curso, o que não inclui estágio, as atividades relativas às práticas profissionais ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da modalidade de educação a distância, sempre que o *Campus* não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que poderá ser ministrada na disciplina de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem quando sinalizado no Projeto Pedagógico de Curso que haverá alguma disciplina ministrada em EaD. Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVEA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, *chats*, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- **Fórum:** tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- **Chat:** ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- **Tarefas de aplicação:** Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- **Atividade off-line:** avaliações ou atividades realizadas fora do

AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.

- **Teleaulas:** aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campus ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos Professores.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, em especial as que se fazem no AVEA e a equipe diretiva de ensino, é a responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. A disciplina a ser ofertada por meio da modalidade EaD será desenvolvida impreterivelmente por meio de ferramentas de comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, e por meio de material didático elaborado para os encontros presenciais.

Diante do exposto, qualquer disciplina poderá ser ofertada à distância desde que haja verificação de demanda por parte da Coordenação de Curso no que tange à necessidade de integralização de carga horária de estudantes desperiodizado.

Os planos de ensino e os planos de atividades em EaD devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada período letivo E sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional. Orientações complementares para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *Campus Tefé*.

6.3 MATRIZ CURRICULAR

O Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível

Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/4ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 02 de 15 de dezembro de 2020.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);
- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- LEI N.º 11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º

9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);

- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);

- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10//2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);

- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM); Rosolução nº 102-CONSUP/IFAM, de 10/12/2021 (Aprova o Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM); Resolução nº 113-CONSUP/IFAM de 20 de dezembro de 2021 (Aprova a alteração da Resolução nº. 96 – CONSUP/IFAM, de 30/12/2015 que trata do Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado dos Cursos Técnicos de Nível Médio, de Tecnologia e Bacharelados do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Amazonas);

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prever a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por eixo tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma subsequente, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

I. Núcleo Tecnológico (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.


Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

6.4 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente, o aluno deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

Carga Horária do Núcleo Tecnológico (Formação Profissional)	800h
Carga Horária de Atividades Complementares	100h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT	160h
Carga Horária Total	1060h

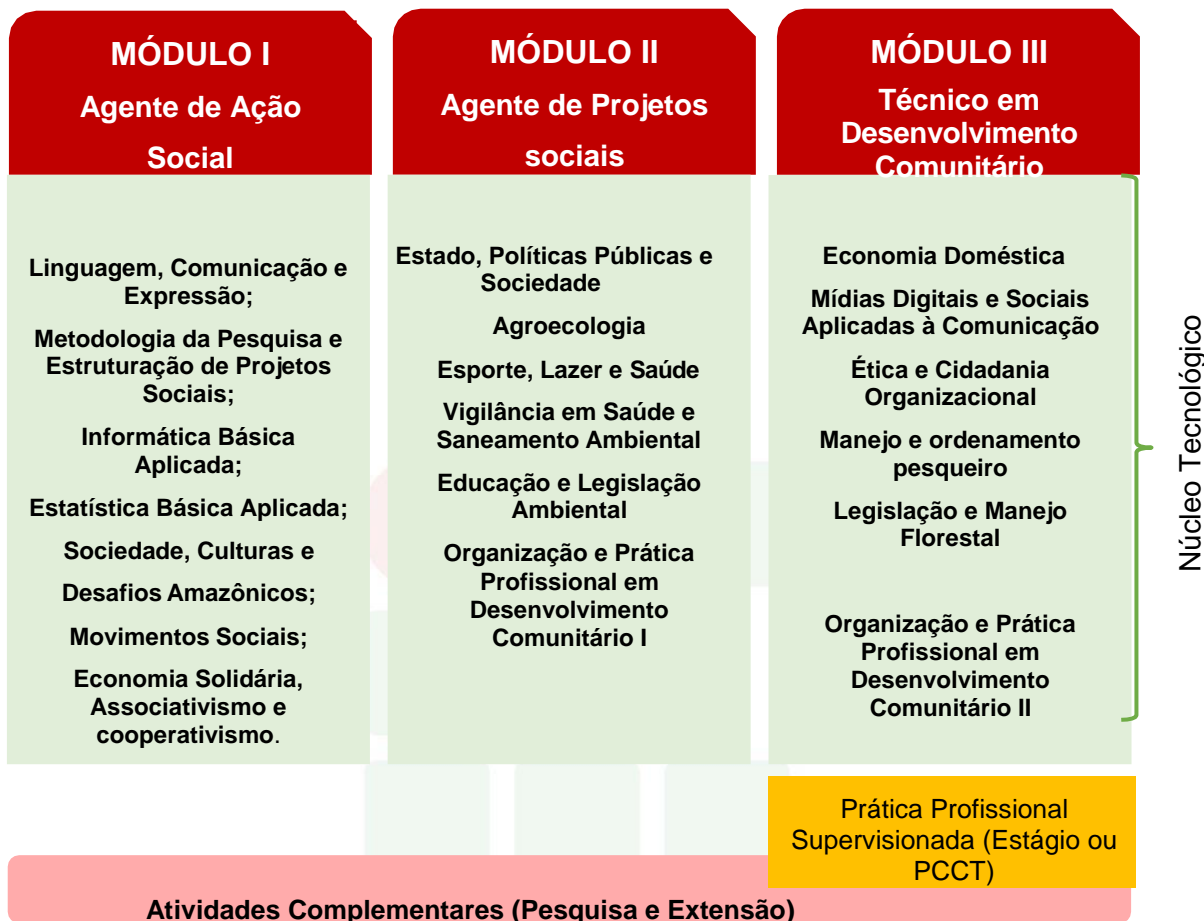
Quadro 1- Matriz Curricular

 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM Campus Tefé									
EIXO TECNOLÓGICO: DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO									
ANO DE IMPLANTAÇÃO:		FORMA DE OFERTA:			REGIME:				
2023		SUBSEQUENTE			SEMESTRAL				
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)						
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral		
			Teórica	Prática	AVA				
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DCN Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº4/2010 DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio	MÓDULO I	Linguagem, comunicação e expressão	50	10	-	3	60		
		Metodologia da pesquisa e estruturação de projetos sociais	30	10	-	2	40		
		Informática Básica Aplicada	30	10	-	2	40		
		Estatística Básica Aplicada	30	10	-	2	40		
		Sociedade, Culturas e Desafios Amazônicos	30	10	-	2	40		
		Movimentos Sociais	30	10	-	2	40		
		Economia Solidária, Associativismo E Cooperativismo	50	10	-	3	60		
		SUBTOTAL	250	70	-	16	320		
		Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM	MÓDULO II	Estado, Políticas Públicas e Sociedade	50	10	-	3	60
				Agroecologia	30	10	-	2	40
Esporte, Lazer e Saúde	30			10	-	2	40		
Vigilância em Saúde e Saneamento Ambiental	30			10	-	2	40		
Educação e Legislação Ambiental	50			10	-	3	60		
Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário I	10			10	-	1	20		
SUBTOTAL	200			60	-	13	260		
Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB Nº 4/2012 Lei do Estágio Nº 11.788/2008 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM	MÓDULO III			Economia Doméstica	30	10	-	2	40
		Mídias Digitais e Sociais aplicadas à Comunicação	30	10	-	2	40		
		Ética e Cidadania Organizacional	30	10	-	2	40		
		Manejo e ordenamento pesqueiro	30	10	-	2	40		
		Legislação e Manejo Florestal	30	10	-	2	40		
		Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário II	10	10	-	1	20		
		SUBTOTAL	160	60	-	11	220		
Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM	TOTAL CARGA HORÁRIA NÚCLEO TECNOLÓGICO (FORMAÇÃO PROFISSIONAL)		800h						
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES		100h						
	ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT		160h						
	TOTAL		1.060h						

SUBSEQUENTE

6.5 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Figura 1 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário



Legenda:

- Núcleo Tecnológico
- Prática Profissional Supervisionada
- Atividades Complementares

SUBSEQUENTE

6.6 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do

Quadro 2, no qual apresenta as ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- a) CH Semanal: Carga Horária Semanal
- b) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- c) Tec: Núcleo Tecnológico

Quadro 2- Ementário

Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário				
DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Linguagem, Comunicação e Expressão	1º	3	60	Tec
Comunicação: processo, barreiras, níveis, elementos da comunicação, funções da linguagem. O texto. Frase. Parágrafo. Redação: Narração, descrição, dissertação, injunção e exposição. Coesão, concisão e coerência textuais. Mecanismos e tipos de coesão textual. Elementos da textualidade. Redação científica. Atualização Gramatical.				
Metodologia da Pesquisa e Estruturação de Projetos Sociais	1º	2	40	Tec
Importância da elaboração de relatórios e projetos; Elementos e etapas na elaboração de relatórios e projetos; Cálculo do tempo e custos na elaboração de projetos; Normas da ABNT; Redação científica; O projeto social - que tem como principal produto o elemento social – tem como principais fundamentos o planejamento da ação social, os objetivos dessa mesma ação e a análise dos resultados obtidos.				
Informática Básica Aplicada	1º	2	40	Tec
Introdução à Ciência dos Computadores; Memórias RAM e ROM; Hardware; Periféricos (entrada e saída); Software (básico e aplicativos); Vírus e anti-vírus; Sistema operacional Windows; Word; Excel; Internet; Editor de planilha eletrônica; Utilização de Powerpoint para apresentações. Aplicabilidade das ferramentas de informática as necessidades do Técnico em Desenvolvimento Comunitário.				
Estatística Básica Aplicada	1º	2	40	Tec
Revisão de matemática básica; Introdução à Estatística; Distribuição de frequência; Representação gráfica de distribuição de frequência; Distribuição de frequência com dados agrupados; Medidas de posição; Medidas de dispersão.				
Sociedade, Culturas e Desafios Amazônicos	1º	2	40	Tec
Noções sobre a formação sociocultural da Amazônia. O Estado e as políticas para a região Amazônica. A ocupação planejada das últimas décadas e as				

grandes questões e as perspectivas para a região. Sociedade e ambiente amazônico.				
Movimentos Sociais	1º	2	40	Tec
Fundamentos sobre as teorias clássicas e contemporâneas para a análise dos movimentos sociais. Ações coletivas e movimentos sociais. Os movimentos sociais na realidade brasileira: tendências atuais a emergência dos novos movimentos sociais				
Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	1º	3	60	Tec
Introdução à história, fundamentos, concepções e princípios da Economia Solidária. Técnicas e práticas para o desenvolvimento do trabalho cooperativo ou associativo. Associativismo e formas históricas de cooperação; Tendências do cooperativismo contemporâneo; Teoria econômica da cooperação; Antecedentes e evolução do cooperativismo brasileiro; Especificidades regionais do movimento cooperativo; Identidade social e jurídica do cooperativismo brasileiro; Cooperativismo autogestionário e solidário.				

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Estado, Políticas Públicas e Sociedade	2º	3	60	Tec
Estado e Sociedade. Políticas Públicas. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. Direitos Sociais do(a) cidadã(o). A Seguridade Social na Constituição Federal de 1988(CF/88). Saúde (SUS). Previdência Social/INSS. Assistência Social (LOAS). Controle Social/formas de participação. Outras legislações sociais: CLT, ECA e Estatuto do Idoso.				
Agroecologia	2º	2	40	Tec
Agricultura Convencional; Principais impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos ocasionados pela agricultura moderna; Agricultura de Base Ecológica; Agricultura Orgânica; Agricultura Biológica; Agricultura Natural; Agricultura Biodinâmica; Agroecologia de Base Ecológica, Tecnológica e Socioeconômica; Vivência Agroecológica; Compostagem; Vermicompostagem; Sucessão ecológica; Manejo Integrado de Pragas e doenças; Controle Biológico; Permacultura; Energias alternativas: Biodigestor, energia solar e biocombustível.				
Esporte, Lazer e Saúde	2º	2	40	Tec
Esporte, lazer e saúde. Estilo de vida e os fundamentos da aptidão física relacionada a saúde. Lazer ativo e socialização através da prática de esportes. Estrutura administrativa da Educação Física e do Esporte. Modelos organizacionais das competições esportivas. Organização de cerimonial e encerramento de competições. Política nacional de educação física e desportos. Elaboração de projeto para a organização de evento esportivo.				
Vigilância em saúde e Saneamento Ambiental	2º	2	40	Tec
A vigilância em saúde e os seus aspectos nas áreas: epidemiológica, sanitária, ambiental, com enfoque no meio ambiente e na sustentabilidade. A vigilância em saúde inserida no Sistema Unico de Saúde (SUS) como modelo de gestão de Saúde Pública. A Saúde preventiva e a importância da Educação na saúde. A necessidade de				

desenvolver o Saneamento ambiental. A importância do estudo das Zoonoses e o conceito de Saúde Única.				
Educação e Legislação Ambiental	2º	3	60	Tec
Histórico da Formação do Pensamento Ambiental. Estudo da biosfera (atmosfera, hidrosfera e litosfera). O agro desenvolvimento ambiental fisiocrata. A modernidade da Revolução Industrial e à Acumulação Flexível. O conservacionismo. Desenvolvimento Sustentável. Noções de Legislação Ambiental.				
Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário I	2º	1	20	Tec
O Técnico em Desenvolvimento Comunitário e os projetos sociais. O desenvolvimento humano e as relações interpessoais. A mobilização social e o papel do líder.				

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Economia Doméstica	3º	2	40	Tec
A economia doméstica. Família como unidade econômica. Determinantes de renda familiar. A influência econômica na família. A administração na renda familiar, da propriedade e dos bens nos contextos urbano e rural. Economia doméstica e qualidade de vida.				
Mídias Digitais e Sociais Aplicadas à Comunicação	3º	2	40	Tec
Comunicação e mobilização social. As oportunidades de uso das mídias sociais no contexto das ações de comunicação e de negócios. Estratégia e planejamento de ações em mídias sociais, perfis envolvidos, características das principais redes, métricas, ferramentas de avaliação e prevenção a crises. Gestão do conteúdo nas redes.				
Ética e Cidadania Organizacional	3º	2	40	Tec
A ética e as teorias sobre os princípios éticos. Ética no mundo contemporâneo. Ética e responsabilidades. Ética e moral. Noções de cidadania. Cidadania e esfera pública. Cidadania, direitos humanos e participação política.				
Manejo e ordenamento pesqueiro	3º	2	40	Tec
Situação da pesca no Mundo. O papel da avaliação de estoques em manejo pesqueiro. Objetivo do manejo de estoques pesqueiros. Manejo das pescarias. Estratégias e táticas de pesca, otimização e delineamento de políticas de manejo adaptativo. Ações ambientais na área da pesca em candamento no setor. A legislação ambiental e pesqueira no Brasil e na Amazônia.				
Legislação e Manejo Florestal	3º	2	40	Tec
Considerações iniciais e conceitos sobre Dendrometria; Medição de diâmetros e circunferências de árvores e instrumentos utilizados; Medição de altura de árvores e instrumentos utilizados; Medição do volume de árvores e produtos florestais, Introdução ao Inventário Florestal Manejo florestal; Legislação florestal.				
Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário II	3º	1	20	Tec
O Técnico em Desenvolvimento Comunitário e a proteção social básica. Programas e políticas públicas para o desenvolvimento humano e cidadão no Médio Solimões. Organização social de interesse comunitário.				

6.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme a Resolução PARECER CNE/CEB N.º 17/2020 de 10/11/2020 e RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1 de 05/01/2021, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio.

Esta mesma resolução estabelece que a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução Nº. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

No Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades: Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 160 horas, e Atividades Complementares com carga horária de 100 horas.

A participação em atividades complementares e a apresentação do relatório final do Estágio Profissional Supervisionado e /ou PCCT é requisito indispensável para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritos com detalhes cada uma dessas práticas.

6.7.1 Atividades complementares

Conforme Anexo I da Portaria No 18 PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017, faz se necessário prever a oferta de Atividades Complementares, totalizando uma carga horária de 100h, as quais deverão atender as necessidades de curricularização da extensão e de introdução à pesquisa e à inovação por meio da realização de projetos integradores, seminários, semanas e eventos temáticos, eixos temáticos, dentre outros.

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente com carga horária de 100 horas. Todo aluno matriculado no Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido no curso. A escolha do semestre em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que a mesma seja realizada nos semestres iniciais, pois no último semestre o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será realizada pela Comissões de Avaliação das Atividades Complementares.

Para validar as atividades complementares o estudante, no último semestre letivo, deverá protocolar junto ao à Coordenação de Curso um Memorial Descritivo apontando todas as atividades desenvolvidas. Junto ao Memorial Descritivo devem ser anexadas cópias de todos os certificados e atestados apontados no documento.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades apresentadas no quadro 03. As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a Resolução Nº 102 – CONSUP/IFAM de 10 de dezembro de 2021 que trata das Atividades Complementares dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM.

Conforme artigo 24 da Resolução Nº 102 – CONSUP/IFAM, a fim de garantir a diversificação e a ampliação do universo cultural, bem como o enriquecimento plural da formação, o discente deverá obrigatoriamente realizar as atividades complementares em, pelo menos, 02 (duas) categorias diferentes.

Quadro 3. Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTOS	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas	2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro. 10 (dez) horas por trabalho apresentado. 5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela

		instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga horária.
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento	4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador). 3 (três) horas por participação em peça de teatro. 3 (três) horas em participação em filmes em DVD/ cinema	Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 60 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.
Publicações	20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de

	<p>periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica.</p> <p>60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor.</p> <p>60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor.</p> <p>30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.</p>	<p>aceite da revista/periódico onde foi publicado.</p>
<p>Participação em comissão organizadora de evento técnico-científico previamente autorizado pela coordenação do curso.</p>	<p>Máximo de 60 horas</p>	<p>Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou coordenação do curso com a respectiva carga horária.</p>

6.7.2 Estágio Profissional Supervisionado

O Estágio Profissional Supervisionado, conforme a Lei Nº 11.788/2008, é considerado uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho com o intuito de preparar os educandos do ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, para o trabalho produtivo.

De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 11/2013, o Estágio Profissional Supervisionado previsto na formação do aluno é uma estratégia de integração teórico-prática, representando uma grande oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilitando-os atuarem diretamente no ambiente profissional por meio da demonstração de suas competências laborais.

Os procedimentos de Estágio Profissional Supervisionado são regulamentados pela Resolução Nº 113-CONSUP/IFAM, de 20 de dezembro de

2021, criada para sistematizar o processo de realização do Estágio Profissional Supervisionado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em consonância com as legislações pertinentes. O Núcleo de Relações de Estágios e Egressos ligado a Coordenação de Extensão do *Campus* Tefé fica responsável pela identificação das oportunidades de estágio, da facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, do encaminhamento dos estudantes, da preparação da documentação legal e da formalização de convênios entre as concedentes de estágio e a Instituição de Ensino visando à integração entre as partes e o estudante. A identificação de locais de estágio e a sua supervisão deverá ser realizada em conjunto com as Coordenações de Curso e com os Professores Orientadores de Estágio.

Tendo em vista a legislação vigente, o Estágio Profissional Supervisionado é obrigatório com carga horária curricular de 160 horas (20% sob o total da carga horária mínima da Formação Profissional estipulada) e ocorrerá no 3º módulo do Curso, onde os alunos deverão estar regularmente matriculados em curso compatível com a área e modalidade do estágio. Na impossibilidade de realização do Estágio Profissional Supervisionado, o discente poderá, alternativamente, desenvolver um Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) na sua área de formação e apresentá-lo em forma de relatório científico.

Ao cumprir a carga horária do Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório o aluno deverá elaborar um Relatório Final e apresentá-lo em banca examinadora de acordo com as normas estabelecidas pela instituição de ensino, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da prática profissional supervisionada. Conforme a Resolução Nº 113/2021 – IFAM/CONSUP, a banca examinadora “avaliará o Relatório Final, dando parecer sobre sua aceitabilidade e orientando o discente/estagiário quanto às correções a serem feitas; devolverá ao Orientador o Relatório Final para realização das correções; e emitirá parecer de aprovação ou reprovação após a defesa do Relatório Final de Estágio”. Portanto, mesmo após a defesa, faz-se necessário a entrega da versão final do Relatório com as adequações sugeridas pela banca, conforme o aceite do professor orientador.

Segundo a Resolução Nº 96 – IFAM/CONSUP: “Os Projetos de Extensão e de Pesquisa, as atividades de Monitoria e outras opções de Práticas Profissionais Aplicadas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente, correlatas com a área de formação do discente, realizadas no âmbito do IFAM, poderão ter sua carga horária aproveitada como Estágio Profissional Supervisionado, desde que devidamente acompanhadas e avaliadas, utilizando-se dos mesmos procedimentos e critérios para validação do Estágio Profissional Supervisionado, inclusive no cumprimento da carga horária obrigatória.” Portanto, o discente que cumprir esses pré-requisitos deverá manifestar o interesse em aproveitar tal atividade como Estágio Profissional Supervisionado, ficando proibido, se for o caso, de aproveitá-la como horas para atividades complementares.

Todo assunto relacionado ao Estágio Profissional Supervisionado, relatados ou não neste projeto de curso, deverão estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008 e a Resolução Nº 113/2021 – IFAM/CONSUP ou as legislações que venham a substituí-las.

APROVEITAMENTO PROFISSIONAL

A atividade profissional registrada em carteira de trabalho ou outro documento oficial que comprove o vínculo, além de atividades de trabalho autônomo, poderão ser aproveitadas como Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, desde que sejam comprovadas e estejam diretamente relacionada à habilitação profissional do Curso Técnico de Nível Médio por meio da avaliação da Coordenação de Eixo Tecnológico. Além disso, estas atividades devem ter sido desempenhadas por um período mínimo de 06 (seis) meses anteriores a solicitação de aproveitamento.

Após aprovação, terá carga horária de 160 horas e será avaliado conforme as normas estabelecidas pela instituição.

6.7.3 Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT

A elaboração do Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT é uma alternativa para o discente substituir a atividade de Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório. Os projetos de natureza prática ou teórica serão desenvolvidos a partir de temas relacionados com a formação profissional do discente e de acordo com as normas estabelecidas pelo IFAM campus Tefé. Poderão ser inovadores em que pese à coleta e a aplicação de dados, bem como suas execuções ou ainda constituir-se de ampliações de trabalhos já existentes. Assim como o estágio, poderá ser realizado a partir do 3º semestre do curso (Terceiro semestre) e tem como finalidade complementar o processo de ensino aprendizagem e habilitar legalmente o discente a conclusão do curso.

A regulamentação dessa atividade visa orientar a operacionalização dos Projetos de Conclusão de Curso de Nível Médio, considerando sua natureza, área de atuação, limites de participação, orientação, normas técnicas, recursos financeiros, defesa e publicação. Após a conclusão do Projeto, os dados deverão ser dispostos em um relatório científico e apresentados em banca examinadora para atribuição da nota e aprovação desta atividade. Seguindo assim, o disposto no artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, onde o PCCT principia-se da construção de um projeto, do seu desenvolvimento e da sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Serão aceitos até 03 (três) discentes como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovadas por meio de aferições do professor orientador. Além disso, as atividades do projeto deverão cumprir carga horária de 160 horas.

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo presidida pelo professor orientador. Os alunos terão 20 (vinte) minutos para apresentação, os examinadores até 30 (trinta) minutos e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao aluno, considerando o trabalho escrito e a defesa

oral, sendo aprovado os discentes que atingirem nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, e cumprimento da carga horária exigida.

A partir da nota, a banca examinadora atribuirá conceitos de Aprovado e Recomendado para Ajustes, quando a nota for igual ou superior a 6,0 (seis), ou Reprovado, em caso de nota inferior a 6,0 (seis). Se Recomendado para Ajustes, o aluno deverá reapresentar o relatório de PCCT com as recomendações da banca examinadora, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a data de defesa. Se considerado Reprovado, o discente deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de PCCT ou Estágio Profissional Supervisionado. Em todos os casos os discentes aprovados deverão apresentar uma via do relatório final pós-defesa num prazo máximo de 30 (trinta) dias para arquivo na pasta do aluno e disponibilização para consulta na biblioteca do *Campus*.

O IFAM *Campus* Tefé não é obrigado oferecer nenhuma contrapartida pecuniária aos discentes, orientadores ou co-orientadores, mas fica comprometido a disponibilizar a estrutura existente, conforme a demanda, para o desenvolvimento das atividades do projeto. Do mesmo modo, quando houver necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no pré-projeto, cabendo ao IFAM *campus* Tefé disponibilizar transporte para esse fim conforme disponibilidade.

7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á para o prosseguimento de estudos. A instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;

III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;

IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo Ministério da Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o

estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.

Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

7.1 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

- I – Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

- I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;
- II – Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Diretoria de Ensino, ou equivalente no *campus*, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

8. CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para EPTNM, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Nesse sentido, a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

O procedimento de avaliação no Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário segue o que preconiza a Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser feita por componente curricular/disciplina, abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A avaliação do desempenho escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente é feita por componente curricular/disciplina a cada semestre, considerando aspectos de assiduidade e

aproveitamento de conhecimentos, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusiva, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

A literatura corrente apresenta uma diversidade de instrumentos utilizados para avaliar o aluno, tais como: Provas escritas ou práticas; Trabalhos; Exercícios orais ou escritos ou práticos; Artigos técnico-científicos; Produtos e processos; Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; Oficinas pedagógicas; Aulas práticas laboratoriais; Seminários; Portfólio; Memorial; Relatório; Mapa Conceitual e/ou mental; Produção artística, cultural e/ou esportiva. Convém ressaltar que esses instrumentos elencados não são os únicos que poderão ser adotados no curso, cada professor terá a liberdade de definir quais critérios e instrumentos serão utilizados em seu componente/disciplina, bem como definir se a natureza da avaliação da aprendizagem será teórica, prática ou a combinação das duas formas, e se a avaliação será realizada de modo individual ou em grupo.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Também deve ser observado que apesar de ser da livre escolha do professor a definição da quantidade de instrumentos a serem aplicados, deve-

se seguir a organização didática do IFAM de modo a garantir que o quantitativo mínimo seja cumprido. No presente momento de elaboração deste projeto, a resolução vigente é Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, e em seu artigo 138, estabelece o mínimo 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O docente deverá divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, bem como sua divulgação ocorrerá ao fim de cada bimestre com o registro no sistema acadêmico. E a cada fim de bimestre, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção seguirá os critérios estabelecidos na organização didática do IFAM. Atualmente, conforme a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015 a pontuação mínima é de 6,0 (seis) por disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Curso. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente.

Ao discente que não atingir o objetivo proposto, ou seja, que tiver um baixo rendimento escolar, será proporcionado estudos de recuperação paralela no período letivo.

A recuperação paralela está prevista durante todo o itinerário formativo e tem como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, a fim de suprimir algumas falhas de aprendizagem. Esses estudos de recuperação da aprendizagem ocorrerão de acordo com o disposto na organização didática do IFAM e orientações normativas da PROEN.

Além disso, haverá um Conselho de Classe estabelecido de acordo com as diretrizes definidas na organização didática do IFAM, com poder deliberativo que, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino

aprendizagem. Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação, exame final, recuperação da aprendizagem, regime de dependência e revisão de avaliação são tratados pela organização didática vigente (Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/201).

8.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução Nº 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;
- IX – seminários; e
- X – auto-avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem

necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de:

I – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

8.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II – Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

8.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

- I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;
- IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;
- V – serviço à Justiça Eleitoral;
- VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;
- VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de

Trânsito, Policiais Federais, Policiais Civis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;
VIII – licença paternidade devidamente comprovada;
IX – doação de sangue;
X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;
XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;
XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;
XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e
XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

8.4 PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades nos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Seguem:

- Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – o discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

II – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Concomitante que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

III – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

IV – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada à Modalidade EJA que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 05 (cinco) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

V – o discente que obtiver Média Semestral (MS) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

VI – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo $4,0 \leq MFD < 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) $\geq 5,0$ nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) $< 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

Parágrafo único. O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 5,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

8.5 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso/Área/Polo, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

9. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Conforme as Diretrizes Curriculares para a EPTNM, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundos itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

Tendo em vista a organização em módulos, o Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente possui caráter de terminalidade com o efeito de qualificação profissional, concedendo o direito, ao final de cada módulo, da certificação intermediária conforme estabelecido pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT (Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014).

Dessa forma, as certificações intermediárias serão concedidas ao final da conclusão e aproveitamento de todas as disciplinas de cada módulo, sendo:

- **Certificação Profissional – Agente de Ação Social:** após a integralização com êxito de todas as disciplinas do Módulo 1.
- **Certificação Profissional – Agente de Projetos Sociais:** após a integralização com êxitos de todas as disciplinas do Módulo 2.

O discente receberá o diploma de Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário pelo IFAM, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso, integralização do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares.

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM, e pela regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.

10. BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

10.1 BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFAM *Campus* Tefé tem por finalidade promover o acesso a materiais bibliográficos e audiovisuais, contribuindo para a geração da informação e constituindo-se no órgão que atua diretamente no apoio às atividades do ensino, pesquisa e extensão. Ela está aberta à comunidade em geral, para consulta local e para estudantes do IFAM, bem como permite o empréstimo de obras.

O espaço presta serviços aos pesquisadores e professores da comunidade, elaborando levantamentos bibliográficos e outros. A Biblioteca encontra-se provisoriamente no espaço da UAB. O sistema de empréstimo utiliza códigos do livro onde o aluno possui o código de acesso para empréstimos e renovação. A Biblioteca atende aos cursos técnicos de nível médio integrado na área de Administração, Informática e Agropecuária, além dos cursos na forma subsequente de Administração, informática e secretariado.

Além do acervo de livros e periódicos, a Biblioteca também é utilizada para estudos individuais e em grupo, pois possui 10 computadores e 10 tablets disponíveis para os alunos com acesso ao Portal Capes e repositórios científicos como o Scielo, onde os docentes e discentes terão acesso à Periódicos.

A Biblioteca possui um sistema de acesso no site gnuteca.ifam.edu.br que o aluno poderá acessar aos trabalhos de conclusão de cursos técnicos, assim como monografias, teses e Dissertações do IFAM/Campus-Tefé quando este disponibilizar para a comunidade acadêmica.

O IFAM/*campus* -Tefé mantém uma política de gestão participativa para definição de seu Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano de Desenvolvimento Anual, incluindo a aquisição de material bibliográfico, para sua Biblioteca. A indicação do material a ser adquirido é feita pelos professores do Curso. O acervo deverá ser enriquecido tanto em número de exemplares como de títulos para atender às necessidades dos Cursos, visando atingir a excelência nas avaliações da Portaria Normativa 40/2007, consolidada em 29 de dezembro

de 2010, bem como as normas internas do IFAM (Resolução No. 46 CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015; Regimento do sistema integrados de Bibliotecas – Resolução No. 31 CONSUP/IFAM, de 23 de junho de 2017.

10.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DO IFAM *CAMPUS* TEFÉ NA ESCOLA MUNICIPAL LUZIVAL DE CASTRO

10.3 DISTRIBUIÇÃO DOS AMBIENTES FÍSICOS

Nº	Ambiente	Qtde
1	Salas de aula	06
02	Laboratório de Informática	01
03	Wc. Masculino / feminino / pne	04
04	Almoxarifado	1
05	Biblioteca	1
06	Diretoria Geral	1
07	Departamento de Administração e Patrimônio	1
08	Coordenação de Gestão de Documentos	1
09	Chefia de Gabinete	1
10	Coordenação de Gestão da Tecnologia de Informação	1
11	Coordenação de Administração e Planejamento	1
12	Coordenação de Execução Orçamentária	1
13	Coordenação de Gestão de Pessoas	1
14	Setor de Compras e Licitações	1
15	Setor de Execução financeira	1
16	Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão	1
17	Coordenação Geral de Ensino –CGE	1
18	Coordenação de Apoio ao Ensino-CAEN	1
19	Coordenação de Registro Acadêmico – CRA	1
20	Coordenação de Assistência ao Educando – CAE	1

21	Coordenação de Extensão, Estágio, Egressos, Projetos e Relações Comunitárias-COEX	1
22	Coordenação de Curso Técnico em Administração	1
23	Coordenação de Curso Técnico em Secretariado	1
24	Coordenação de Curso Técnico em Informática	1
25	Coordenação do Eixo Tecnológico de Recursos Naturais	1
26	Coordenação das Unidades Produtivas de Educação	1

10.4 QUALIDADE E QUANTIDADE DE LABORATÓRIOS

Laboratórios de informática

Os laboratórios de informática possuem área de 30m², com capacidade para 24 alunos em cada espaço. Os computadores estão interligados à rede de internet com velocidade atual de 10/100 MB. Os estudantes possuem acesso aos laboratórios em horário de aulas previstas na matriz curricular e também nos horários vagos do dia, em geral no período matutino. Os laboratórios estão situados no espaço térreo do instituto o que garante a acessibilidade a todos os estudantes.

Serviços do laboratório de informática

A manutenção e apoio técnico aos laboratórios é feita por profissionais da Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI), composta por um profissional, sendo este Técnico de Informática de nível médio. Os recursos para manutenção do laboratório são oriundos do Plano de Metas do Campus. A comunidade em geral só pode utilizar os computadores da biblioteca do Campus, exceto em atividades previamente agendadas, que a comunidade pode utilizar os laboratórios para treinamentos.

11. PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

11.1 CORPO DOCENTE

O *campus* Tefé possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Desenvolvimento Comunitário na Forma Subsequente. Conta também com servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O quadro 4 apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro 4. Corpo Docente

Professor de	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Manejo e ordenamento pesqueiro	David Oliveira da Silva	Engenharia de Pesca	40h DE
Agroecologia	Cillas Pollicarto da Silva	Agronomia	40h DE
Economia Doméstica	Raimundo Gonçalves de Araújo	Administração	40h DE
Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo	Remo Lima Cunha	Contabilidade	40h DE
Educação e Legislação Ambiental	Helder Oliveira Frazão/ Marcos Vinícius Ribeiro de Castro Simão	Ciências Agrárias	40h DE
Esporte, Lazer e Saúde	Marília de Almeida Silva	Educação Física	40h DE
Estado, Políticas Públicas e Sociedade	Ricardo Alexsandro de Santana	Ciências Sociais	40h DE
Estatística Básica Aplicada	Elson Alves de Moura/ Tatiana Gaion Malosso	Matemática	40h DE
Ética e Cidadania Organizacional	Martinho Correia Barros	Filosofia	40h DE
Informática Básica Aplicada	Higson Vaz/ André Resplandes Martins	Informática	40h DE
Legislação e Manejo Florestal	Jacob Vieira Nunes/ Marcos Vinícius Ribeiro de Castro Simão	Engenharia Florestal	40h DE
Linguagem, Comunicação e Expressão	Larissa Marine Terdulino da Silva/Ariomar Oliveira da Cunha	Letras / Língua Portuguesa	40h DE
Metodologia da Pesquisa e Estruturação de Projetos Sociais	Martinho Correa Barros	Filosofia	40h DE

Mídias Digitais e Sociais Aplicadas à Comunicação	Gabriel Pinheiro Compto/Hisgson Vaz	Informática	40h DE
Movimentos Sociais	Ricardo Alexsandro de Santana/Willian Funke	Sociologia/História	40h DE
Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário	Helder Oliveira Frazão	Pedagogia	40h DE
Sociedade, Culturas e Desafios Amazônicos	Sebastião Sampaio de Queiroz	Geografia	40h DE
Vigilância em Saúde e Saneamento Ambiental	Clever Gustavo de Carvalho Pinto/ Fernando Henrique Te´filo de Abreu	Biologia	40h DE

11.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 5. Corpo Técnico Administrativo

Cargo/Função	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Auxiliar de Biblioteca	ALFRANS DA MATA BATALHA	Auxiliar de Biblioteca	40h DE
Assistentes Alunos	ANTÔNIA SARAIVA ARAÚJO	Assistentes Alunos	40h DE
Assistentes Alunos	CHRISTIANE GADELHA DE VASCONCELOS	Assistentes Alunos	40h DE
Téc. Laboratório/Área Ciências.	CLEUDERSON DE OLIVEIRA BATALHA	Téc. Laboratório/Área Ciências.	40h DE
Assistente Alunos	ERICK MICK OLIVEIRA DA SILVA	Assistente Alunos	40h DE
Enfermeira	EUDIANE PARENTES MENDES	Enfermeira	40h DE
Assistente Social	FRANCISCO RIPARDO MAIA	Assistente Social	40h DE
Téc. Tecnologia Informação	GOLDEMA FRANCISCO DA SILVA OLIVEIRA	Téc. Tecnologia Informação	40h DE
Pedagoga	IRENE DA MATA CACHEADO DO NASCIMENTO	Pedagoga	40h DE
Chefe D.A.P	Raimundo Gonçalves de Araújo	Administração	40h DE
Assistente administração	JOSÉ ANDERSON BASTÃO VELOSO	Assistente administração	40h DE
Psicólogo	MARCOS EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA	Psicólogo	40h DE
Pedagogo	OZIEL DE SÁ DANTAS	Pedagogo	40h DE
Engenheiro Agrônomo	PAULO ROBERTO NUNES DE MENEZES	Engenheiro Agrônomo	40h DE
Bibliotecária / Documentalista	Priscilla Correia Carvalho	Biblioteconomia	40h DE
Nutricionista	RENATA GOMES DE LIMA	Nutricionista	40h DE
Téc. Enfermagem	SEBASTIÃO LUCIANO NOGUEIRA	Téc. Enfermagem	40h DE
Téc. Agropecuária	José Lima Moares	Téc. Agropecuária	40h DE
Administrador	Leandro Alberto Da Cruz Demosthenes	Administrador	40h DE

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 3ª edição. Brasília-DF, 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ªed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

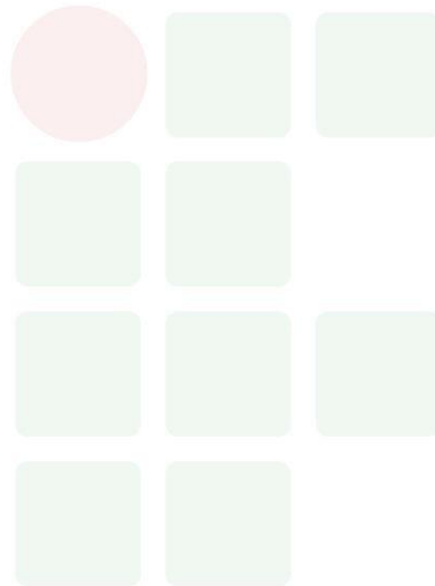
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.


VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

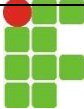
APÊNDICES



APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social		
Disciplina:	LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	50	10		03	60	
EMENTA						
<p>Comunicação: processo, barreiras, níveis, elementos da comunicação, funções da linguagem. O texto. Frase. Parágrafo. Redação: Narração, descrição, dissertação, injunção e exposição. Coesão, concisão e coerência textuais. Mecanismos e tipos de coesão textual. Elementos da textualidade. Redação científica. Atualização Gramatical.</p>						
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE						
Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, com especialização, mestrado ou doutorado.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Metodologia da Pesquisa e Estruturação de Projetos Sociais e Informática Básica Aplicada						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<p>O aluno deverá compreender as estratégias envolvidas no processamento da leitura e produção de textos, tendo em vista o caráter dialógico da língua, caracterizada pelas interações sociocomunicativas que se estabelecem entre os seus diversos usuários. Deverá também adquirir conceitos e informações que lhe permitam desenvolver habilidades de reconhecimento e distinção dos aspectos cognitivos, linguístico-semânticos e textuais, tanto do ponto de vista da produção dos textos quanto do ponto de vista da recepção.</p>						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar textos técnicos, administrativos e comerciais da área de Desenvolvimento Comunitário por meio de indicadores linguísticos e de indicadores extralinguísticos. • Desenvolver textos técnicos, comerciais e administrativos aplicados à área de Desenvolvimento Comunitário, de acordo com normas e convenções específicas. • Pesquisar e analisar informações da área de Desenvolvimento Comunitário, em diversas fontes, convencionais e eletrônicas; • Interpretar a terminologia técnico-científica da área profissional; • Comunicar-se, oralmente e por escrito, utilizando a terminologia técnico-científica da profissão. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						

<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estudos de textos técnicos/comerciais aplicados à área de Desenvolvimento Comunitário, a partir do estudo de Indicadores linguísticos e indicadores extralinguísticos. ✓ Conceitos de coerência e de coesão aplicados à análise e à produção de textos técnicos específicos da área de Desenvolvimento Comunitário. ✓ Modelos de Redação Técnica e Comercial aplicados à área de Desenvolvimento Comunitário. ✓ Parâmetros de níveis de formalidade e de adequação de textos a diversas circunstâncias de comunicação (variantes da linguagem formal e de linguagem informal). ✓ Princípios de terminologia aplicados à área de Desenvolvimento Comunitário. ✓ Técnicas de leitura instrumental e especializada.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ABREU, A. S. Curso de Redação. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1996. pp. 12-19.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfield Villaça. A Coesão Textual. São Paulo. Contexto. 1996.</p> <p>_____. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 1990.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>CÂMARA JR, J. Mattoso. Manual de Expressão Oral e Escrita. Petrópolis: Vozes, 1978.</p> <p>IFANTE, Ulisses. Do texto ao texto: curso pratico de leitura e redação. 4ª Edição. Scipicione, 1998.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. 9ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2001.</p> <p>_____. Da fala para a escrita. Atividade de retextualização. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p>
ELABORADO POR:
Larissa Marine Terdulino da Silva e Martinho Correia Barros

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Desenvolvimento Educacional e Social			
Disciplina:	METODOLOGIA DA PESQUISA E ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	30	10		02	40	
EMENTA						
Importância da elaboração de relatórios e projetos; Elementos e etapas na elaboração de relatórios e projetos; Cálculo do tempo e custos na elaboração de projetos; Normas da ABNT; Redação científica; O projeto social: planejamento, objetivos e análise dos resultados.						


PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Graduado em Nível Superior, com especialização, mestrado ou doutorado
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Linguagem, Comunicação e Expressão Informática Básica Aplicada Movimentos Sociais Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Desenvolver conhecimentos acerca dos procedimentos metodológicos para elaboração de relatórios e projetos, apresentar os elementos básicos que compõem a estrutura de um projeto, buscando fundamentação nos guias da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Assim, o agente social terá condições de trabalhar com o produto social alicerçado em uma metodologia moderna de gestão.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver técnicas de sublinhagem, seleção e leitura de textos relevantes; • Proporcionar aos discentes habilidades na elaboração trabalhos acadêmicos; • Desenvolver atitudes e hábitos comportamentais para os diferentes contextos de comunicação e interação social necessário ao desempenho profissional; • Entender as estruturas e os procedimentos para a elaboração de um projeto; • Desenvolver conhecimentos acerca das estruturas e procedimentos para a elaboração de um relatório; • Selecionar e estruturar referências bibliográficas, bem como suas disposições no “corpo” de um trabalho escrito; • Analisar pontos específicos da ABNT; • Construir habilidades para desenvolver o PCCT – Projeto de Conclusão de Curso Técnico;
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>✓ O ato de estudar. Estudo; Os três pilares da Educação: Ensino, Pesquisa e Extensão.</p> <p>✓ Conhecimento Conceitos e definições Tipos de conhecimentos</p> <p>✓ Metodologia do Trabalho Científico Conceitos e definições Tipos de pesquisa Modalidades de pesquisa Métodos científicos</p> <p>✓ Princípios e Fases da Metodologia do Trabalho Científico ✓ As Normas ABNT ✓ Trabalhos acadêmicos Trabalhos de síntese; Seminários; Resenha; Artigo científico;</p>

<p>Comunicação científica; Pôster. ✓ Elaboração de um trabalho científico. As fases da elaboração de um projeto; As fases da elaboração de um relatório; ✓ Estruturação de projetos sociais. Elaboração de projetos: planejamento estratégico e justificativa; Elaboração de projetos: objetivos, metas e público-alvo; Elaboração de projetos: captação de recursos; Avaliação dos resultados e Prestação de Contas.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BAPTISTA, M. V. Planejamento. Introdução à metodologia do planejamento social. São Paulo: Moraes, 1981. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011. MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Grandela H. Produção textual na Universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>FALCÃO, Ricardo. Curso de elaboração de projetos. Usaid, s.d. Mimeogr. GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 2010. GRESSLER, L. A. Introdução à Pesquisa—projetos e relatórios. 3ª edição. São Paulo: Loyola, 2007. GUIMARÃES, R. P. Guia para elaboração de projetos. Rio de Janeiro, Associação Projeto Roda Viva. Mimeorg. [Tradução e adaptação de The foundation Censter's Guide to proposal writing, de J. C. Geever e P. McNeill .] OLIVEIRA NETO, Alvim Antônio de. Metodologia da Pesquisa Científica Guia Prático para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos. 3ª ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.</p>
ELABORADO POR:
Celma Damas de Sousa

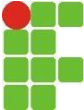
<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p> 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	INFORMÁTICA BÁSICA APLICADA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
I	20	20		02	40
EMENTA					

Introdução à Ciência dos Computadores; Memórias RAM e ROM; Hardware; Periféricos (entrada e saída); Software (básico e aplicativos); Vírus e anti-vírus; Sistema operacional Windows; Word; Excel; Internet; Editor de planilha eletrônica; Utilização de Powerpoint para apresentações. Aplicabilidade das ferramentas de informática as necessidades do Técnico em Desenvolvimento Comunitário.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Graduado em Tecnologia da Informação e Comunicação, com especialização, mestrado ou doutorado.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Linguagem, Comunicação e Expressão Metodologia da Pesquisa e Estruturação de Projetos Sociais
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Analisar sistemas operacionais e programas de aplicação necessários à realização de atividades na área profissional.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar sistemas operacionais, softwares e aplicativos úteis para a área profissional; • Operar sistemas operacionais básicos; • Utilizar aplicativos de informática gerais e específicos para desenvolvimento das atividades na área de Desenvolvimento Comunitário; • Pesquisar novas ferramentas e aplicativos de informática para a área.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>✓ Fundamentos de Sistemas Operacionais: Tipos; Características; Funções básicas; Segurança básica em informática.</p> <p>✓ Fundamentos de aplicativos de Escritório: Ferramentas de processamento e edição de textos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • formatação básica; • organogramas; • desenhos; • figuras; • mala direta; • etiquetas. <p>Ferramentas para elaboração e gerenciamento de planilhas eletrônicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • formatação; • fórmulas; • funções; • gráficos. <p>Ferramentas de apresentações:</p> <ul style="list-style-type: none"> • elaboração de slides e técnicas de apresentação
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MANZANO, André Luiz; MANZANO, Maria Izabel. ESTUDO DIRIGIDO DE WORD 2000 . São Paulo: Érica, 1999.
MANZANO, André Luiz; MANZANO, José Augusto. ESTUDO DIRIGIDO DE EXCEL 2000 . São Paulo: Érica, 1999.

MANZANO, André Luiz; MANZAZNO, João Carlos. ESTUDO DIRIGIDO DE POWERPOINT 2000 . São Paulo: Érica, 1999.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BIZELLI, Maria Helena S. Sahão. Informática Passo a Passo para Terceira Idade e Iniciantes . São Paulo: Editora Ciência Moderna, 2011
CAMARGO, Lisalba. Entendendo de Informática . 3. ed. São Paulo: Camargo. 2002.
FERREIRA, Maria Cecília. Informática Aplicada . São Paulo: Editora Érica, 2014.
JESUS, Pedro Filip C. Manual Prático Microsoft Excel 2007 – Edição 2008, versão digital
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática Básica Conceitos . 7ª Ed. Revisada e atualizada - Rio de Janeiro, Campus, 2003
ELABORADO POR:
Martinho Correia Barros

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Desenvolvimento Educacional e Social		
Disciplina:	ESTATÍSTICA BÁSICA APLICADA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
I	30	10		02	40
EMENTA					
Revisão de matemática básica; Introdução à Estatística; Distribuição de frequência; Representação gráfica de distribuição de frequência; Distribuição de frequência com dados agrupados; Medidas de posição; Medidas de dispersão.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Matemática, Estatística ou Engenharias, com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Movimentos Sociais; Informática Básica Aplicada					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Proporcionar aos alunos conteúdos básicos da disciplina Estatística que lhes permitam analisar o comportamento dos dados levantados.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
Proporcionar aos alunos conhecimentos sobre média aritmética e ponderada, moda, mediana, variância e desvio padrão, construção de gráficos e tabelas e, de que maneira, se relacionam com os conceitos desenvolvidos no curso.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
✓ Revisão de matemática básica: frações (conceito e exemplos), tipos (próprias, impróprias, aparentes e decimais, exemplos), frações equivalentes, simplificação,					

<p>redução ao mínimo denominador comum, operações com fração; grandezas, razões e proporções: conceitos, exemplos e exercícios; arredondamento de dados; porcentagem;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Introdução à Estatística: conceitos; elementos estatísticos (população e amostra: conceitos e exemplos); variável estatística (qualitativa e quantitativa: conceitos e exemplos); dados brutos, rol, amplitude total: conceitos e exemplos; ✓ Distribuição de frequência: estruturação; séries estatísticas (cronológicas, geográficas, específicas, exemplos e exercícios; frequência absoluta (acumulada, relativa); ✓ Representação gráfica de distribuição de frequência: gráficos (de barras, de setores, poligonal ou de linha, pictogramas; análise e interpretação de gráficos; ✓ Distribuição de frequência com dados agrupados: limites de classe; intervalos de classe; amplitude da classe; ponto médio da classe, número de classes; histograma de frequência, polígono de frequência; ✓ Medidas de posição: média (aritmética, ponderada, exemplos e exercícios); mediana (conceito, exemplo e exercícios); moda (conceito, exemplos e exercícios); ✓ Medidas de dispersão: desvio médio (conceito, exemplos e exercícios); variância e desvio padrão (conceitos, exemplos e exercícios).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BEIGUELMAN, B. Curso Prático de Bioestatística. 5. ed. Ribeirão Preto, SP: Fundação de Pesquisas Científicas de Ribeirão Preto, 2002.</p> <p>TOLEDO, G. L., OVALLE, I.I. Estatística Básica. 2ª ed. São Paulo: Ed. Atlas S. A., 1995.</p> <p>VIEIRA, S. Introdução à Bioestatística. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1988.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BELLO, Pedro. Estatística Básica para concursos. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2007.</p> <p>FONSECA, J. S. da, MARTINS, G. de A.; TOLEDO, G. L. Estatística Aplicada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.</p> <p>GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5ª edição. São Paulo: Atlas. 1999.</p> <p>MANZANO, A. L.; MANZAZNO, J. A. Estudo Dirigido de Excel 2000. São Paulo: Érica, 1999.</p> <p>WHEELAN, C. Estatística: O que é, para que serve, como funciona. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2016.</p>
ELABORADO POR:
Jacob Vieira Nunes

<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p>  <p>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</p>	
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	SOCIEDADE, CULTURAS E DESAFIOS AMAZÔNICOS				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
I	30	10		02	40
EMENTA					
Noções sobre a formação sociocultural da Amazônia. O Estado e as políticas para a região Amazônica. A ocupação planejada das últimas décadas e as grandes questões e as perspectivas para a região. Sociedade e ambiente amazônico.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Ciências Humanas (História, Geografia, Pedagogia, Filosofia ou Sociologia), com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Metodologia da pesquisa e estruturação de projetos sociais Movimentos Sociais Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Conhecer a literatura teórica e histórica sobre as condições econômicas, políticas e sociais da formação da Amazônia e perceber as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região norte.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentar noções sobre a formação sociocultural da Amazônia, em caráter introdutório e a estudantes de diferentes formações; ✓ Discutir sobre o papel do Estado e as políticas para a região Amazônica; ✓ Analisar os impactos do processo de ocupação planejada das últimas décadas e os reflexos dessas grandes questões e as perspectivas para a região; ✓ Contextualizar a situação atual da sociedade (dos povos, das populações e das comunidades) e ambiente amazônico com perspectivas para o futuro. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ul style="list-style-type: none"> • Noções sobre a formação sociocultural da Amazônia. • O Estado e as políticas para a região Amazônica. • A ocupação planejada das últimas décadas e as grandes questões e as perspectivas para a região. • Sociedade e ambiente amazônico. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
HOMMA, Alfredo K. Amazônia. Meio ambiente e desenvolvimento agrícola. Brasília: EMBRAPA, 1998.					
SILVA, Marilene Corrêa da. O paiz do Amazonas. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.					
VERÍSSIMO, J. Estudo amazônicos. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Coleção Amazônica).					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
ARAUJO, André Vidal de. Introdução à sociologia da Amazônia. Manaus: Editoras					

Valer e EDUA, 2003.

BARRETO, Maria das Graças de Carvalho. **Os “comunitários” e as lutas por escola pública nos movimentos populares**, Belém (67-85),-Tese de Mestrado.

DE FREITAS, Marcílio; DA SILVA, Marilene Corrêa. **Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização**. Editora da Universidade do Amazonas, 2000.


MAIA, Álvaro. **Banco de Canoa**:(cenas de rios e seringais do Amazonas). Editora da universidade do Amazonas, 1997.

TOCANTINS, L. **Amazônia: natureza, homem e tempo**. Rio de Janeiro: Bibliex / Civilização Brasileira, 1982. (Coleção General Benício, v.201).

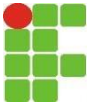
ELABORADO POR:
Tânia Mara de Souza Castro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	MOVIMENTOS SOCIAIS				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
I	30	10	-	02	40
EMENTA					
Fundamentos sobre as teorias clássicas e contemporâneas para a análise dos movimentos sociais. Ações coletivas e movimentos sociais. Os movimentos sociais na realidade brasileira: tendências atuais a emergência dos novos movimentos Sociais					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Ciências Humanas (História, Geografia, Pedagogia, Filosofia ou Sociologia), com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Metodologia da pesquisa e estruturação de projetos sociais; Movimentos Sociais; Sociedade, Culturas e Desafios Amazônicos.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Conhecer os grupos e as estratégias de mobilização sociocultural e política, os espaços públicos e as polissemias da participação popular.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fornecer elementos que propiciem a compreensão das contribuições teóricas clássicas e contemporâneas para a análise dos movimentos sociais. ✓ Analisar os fatores que determinam, impulsionam e caracterizam as ações coletivas dos Movimentos Sociais. 					

✓ Possibilitar o entendimento e a crítica da emergência e da trajetória dos Movimentos Sociais na realidade brasileira e as tendências presentes nos anos 90.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Teorias clássicas e contemporâneas sobre os movimentos sociais. <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos Fundamentais; • A questão dos Novos Movimentos Sociais; • Movimentos Sociais no Brasil; ✓ Ações coletivas e movimentos sociais. <ul style="list-style-type: none"> • Caráter Educativo dos Movimentos Sociais; • Composição, organização e princípios ideológicos; • Representação, mobilização e participação; • As especificidades dos Movimentos Sociais: <ol style="list-style-type: none"> a) Movimentos de Trabalhadores Urbanos e Rurais; b) Movimentos de Bairro; c) Movimentos de Mulheres; d) Movimento Negro; e) Movimento de Direitos Humanos; f) Movimento Ecológico; g) Movimento Indígena ✓ Os movimentos sociais na realidade brasileira: tendências atuais a emergência dos novos movimentos sociais <ul style="list-style-type: none"> • A relação dos Movimentos Sociais, com o Estado e a Política Partidária; • Tipologias de Movimentos Sociais no Brasil e no Amazonas;
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997. Cap. II, III e IV, p. 49-170.</p> <p>MONTAÑO, C. e DURIGUETTO, M.L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>GOHN, Maria da Glória Marcondes. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. Edições Loyola, 1995.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Em Campo Aberto. São Paulo: Cortez, 1995.</p> <p>CADERNOS DE SERVIÇO SOCIAL, nº10. Movimentos Sociais. Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado em Serviço Social, 1993.</p> <p>GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Vozes, 2003.</p> <p>SCHAEFER, Sergio; JANTSCH, Ari Paulo. O conhecimento popular. In: O conhecimento popular. 1995.</p> <p>MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, pp. 270-277, 2002.</p>
ELABORADO POR:
Tânia Mara de Souza Castro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social		
Disciplina:	ECONOMIA SOLIDÁRIA, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	50	10		03	60	
EMENTA						
Introdução à história, fundamentos, concepções e princípios da Economia Solidária. Técnicas e práticas para o desenvolvimento do trabalho cooperativo ou associativo. Associativismo e formas históricas de cooperação; Tendências do cooperativismo contemporâneo; Teoria econômica da cooperação; Antecedentes e evolução do cooperativismo brasileiro; Especificidades regionais do movimento cooperativo; Identidade social e jurídica do cooperativismo brasileiro; Cooperativismo autogestionário e solidário.						
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE						
Graduado em Nível Superior, com especialização, mestrado ou doutorado, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Metodologia da pesquisa e estruturação de projetos sociais; Movimentos Sociais; Sociedade, Culturas e Desafios Amazônicos.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Fomentar, organizar e articular cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária a partir da base histórica e teórica acerca das origens e princípios do Cooperativismo e da Economia Solidária e promover a compreensão lógica acerca dos alicerces para o pensamento associativo, a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade e emancipação humana e o desenvolvimento sustentável de base comunitária.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Entender conceitos relativos à economia solidária sua formação e seus sujeitos, com especial enfoque na sua contribuição para o desenvolvimento. ✓ Apresentar a economia solidária como uma estratégia que possibilita a inserção social, a emancipação e a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos de forma sustentável. ✓ Promover o movimento da Economia Solidária como espaço de articulação e diálogo entre diversos atores, diversas atrizes e movimentos sociais pela construção da economia solidária, como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil. ✓ Promover estudos sobre os fundamentos teóricos dos processos associativos e da cooperação; ✓ Assessorar e coordenar os processos associativos e cooperativos; ✓ Propor e gerenciar empreendimentos associativos. 						

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<p>✓ A economia solidária Desenvolvimento e perspectivas da economia solidária; A teoria econômica da associação, cooperação/cooperativa, consórcios, sindicatos, representação, movimentos sociais;</p> <p>✓ Economia Solidária e Autogestão Princípios e processos autogestionários; Redes locais e construção de território de autogestão; Desenvolvimento econômico local</p> <p>✓ Associativismo e Cooperativismo Princípios norteadores do Associativismo e Cooperativismo; Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social; Etapas para fundação de cooperativas; Criação de associação</p> <p>✓ Contabilidade no Terceiro Setor Noções de contabilidade básica para associação, cooperativa, condomínios, OSCIP, fundação e sindicato;</p>	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CANDEIAS, Cesar N. B.; MACDONALD, José Brendan; MELO NETO, José Francisco de. Economia Solidária e Autogestão - Ponderações Teóricas e Achados Empíricos . Macéio: Edufal, 2005	
GOERCK, Caroline. Economia Popular Solidária . São Paulo: Paco Editorial, 2010	
BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. A Economia Solidária Como Política Pública - Uma Tendência de Geração de Renda . São Paulo: Cortez, 2019.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
ABRANTES, José. Associativismo e Cooperativismo - Como a União de Pequenos Empreendedores Pode Gerar Emprego e Renda No Brasil . São Paulo: Interciência, 2004.	
SCHUCH, Flávio Camargo; ARROYO, João Cláudio Tupinambá. Economia Popular e Solidária - A Alavanca para um Desenvolvimento Sustentável . São Paulo: Perseu Abramo, 2006.	
BENEVIDES PINHO, Diva. O Cooperativismo no Brasil . São Paulo: Saraiva, 2004.	
NERI, Luiz Cenzi. Cooperativismo - Desde As Origens Ao Projeto De Lei De Reforma do Sistema Cooperativo Brasileiro . Paraná: Juruá, 2005	
SOUZA, André Ricardo; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. Uma Outra Economia É Possível - Paul Singer e a Economia Solidária São Paulo: Contexto, 2003.	
ELABORADO POR:	
Martinho Correia Barros	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS		 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	

Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
II	50	10		03	60
EMENTA					
Estado e Sociedade. Políticas Públicas. Direitos e garantias fundamentais da cidadania. Direitos Sociais do(a) cidadã(o). A Seguridade Social na Constituição Federal de 1988(CF/88). Saúde (SUS). Previdência Social/INSS. Assistência Social (LOAS). Controle Social/formas de participação. Outras legislações sociais: CLT, ECA e Estatuto do Idoso.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Administração, Serviço Social ou Gestão Pública, com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Agroecologia Esporte, lazer e saúde Vigilância em saúde e Saneamento Ambiental Educação e legislação ambiental Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário I					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos para aqueles que pretendem entender a emergência das políticas públicas, desde sua entrada na agenda governamental à implementação e possam atuar na área social desenvolvendo serviços, programas e projetos locais de acolhimento.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresentar o Papel do ESTADO na Sociedade; ✓ Textualizar o que são e para que existem POLÍTICAS PÚBLICAS; ✓ Apresentar as Políticas Públicas existente, como Direito da(o) Cidadã(o) e Dever do ESTADO. ✓ Orientar os alunos acerca dos direitos sociais dos cidadãos elencados na Constituição Federal e demais legislação. ✓ Formar profissionais críticos, reflexivos, éticos, capazes de participar e promover transformação no seu campo de trabalho, na sua comunidade e na sociedade na qual está inserido. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ O papel do Estado na sociedade capitalista; ✓ O que é o Estado? ✓ Objetivos do Estado Brasileiro – CF/88, art. 3º; ✓ Políticas públicas: o que são e para que existem? ✓ Quem cria e executa as Políticas Públicas? Do Processo de Formulação de Políticas Públicas; ✓ Para que serve a política pública? ✓ Quem são os responsáveis pelas ações das políticas públicas? ✓ Quais os Tipos de Políticas Públicas; ✓ Direitos e Garantias Fundamentais – CF/88 – Título II; 					

- ✓ Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – CF/88, – Capítulo I, art. 5º;
- ✓ Dos Direitos Sociais – CF/88 – Capítulo II, art. 6º ao 11;
- ✓ **Seguridade Social – CF/88, art. 194;**
- ✓ Objetivos da Seguridade Social – CF/88, art. 194 – Parágrafo Único;
- ✓ Financiadores da Seguridade Social – CF/88, art. 195;
- ✓ Saúde – CF/88, arts. 196 a 200;
- ✓ SUS – Sistema Único de Saúde – Lei 8.080, arts. 1º ao 4º;
- ✓ SUS – Dos Objetivos e Atribuições – Lei 8.080, arts. 5º e 6º;
- ✓ SUS – Dos Princípios e Diretrizes – Lei 8.080, art. 7º;
- ✓ SUS – Da Organização, da Direção e da Gestão – Lei 8.080, arts. 8º a 14;
- ✓ SUS – Da Competência e das Atribuições – Lei 8.080, arts. 15 a 19;
- ✓ SUS – Do Financiamento – Lei 8.080, arts. 20 a 23;
- ✓ SUS – Níveis de Atenção a Saúde: Primária, Secundária e Terciária;
- ✓ O SUS na Realidade Municipal (como e onde funcionam);
- ✓ Previdência Social – CF/88, arts. 201 e 202;
- ✓ INSS – Direitos Previdenciários - Serviços/Benefícios;
- ✓ A Previdência Social/INSS na Realidade Municipal (como funciona);
- ✓ Assistência Social – CF/88, arts. 203 e 204;
- ✓ O Sistema único de assistência social (SUAS) na Realidade Municipal: SEMASC; Cadastro Único, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar (CT) - (como e onde funcionam).
- ✓ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)
- ✓ **DEMAIS LEIS/LEGISLAÇÕES – POLÍTICAS PÚBLICAS.**
- ✓ Os direitos sociais estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- ✓ Os direitos sociais estabelecidos no Estatuto do Idoso;
- ✓ Os direitos sociais estabelecidos na Consolidação das Leis Trabalhista (CLT);
- ✓ Controle Social (Conselhos de Direitos: Saúde, Educação, Assistência Social, Criança e Adolescente, Idoso, dentre outros);
- ✓ Políticas Públicas de Gênero.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AGUIAR, Paulo Roberto Moraes de, org. **Direitos da seguridade social.** – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

JACCOUD, Luciana. SILVA, Frederico Barbosa da, orgs. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo** / Luciana Jaccoud, organizadora ; Frederico Barbosa da Silva ... [et al.]. – Brasília : IPEA, 2005.

PIMENTA, CAM., and ALVES, CP., orgs. **Políticas públicas & desenvolvimento regional** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 211 p. ISBN 978-85-7879-016-

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. **Direito e legislação social** / Leonice Aparecida de Fátima Alves. Porto Alegre : Imprensa Livre, 2008. 184 p.

CHAVES, Antônio. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente.** 2 ed. São Paulo:Cortez, 2004.

MASCARO, Alysson Leandro. **Introdução ao Estudo do Direito.** São Paulo: Atlas, 2011. São Paulo: Ltr, 1997.


TEIXEIRA, A. **Vinte anos da Constituição Federal (1988/2008): avanços e desafios para as políticas públicas e o desenvolvimento nacional.** In: SEMINÁRIO VINTE ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1998/2008): avanços, limites, desafios e

horizontes para as políticas públicas e o desenvolvimento nacional. Anais... Brasília, out. 2008.

VIEIRA. Evaldo. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

ELABORADO POR:

Francisco Ripardo Maia, Irene da Mata Cacheado do Nascimento

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS	
-------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Desenvolvimento Educacional e Social		
Disciplina:	AGROECOLOGIA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
II	30	10		02	40

EMENTA

Agricultura Convencional; Principais impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos ocasionados pela agricultura moderna; Agricultura de Base Ecológica; Agricultura Orgânica; Agricultura Biológica; Agricultura Natural; Agricultura Biodinâmica; Agroecologia de Base Ecológica, Tecnológica e Socioeconômica; Vivência Agroecológica; Compostagem; Vermicompostagem; Sucessão ecológica; Manejo Integrado de Pragas e doenças; Controle Biológico; Permacultura; Energias alternativas: Biodigestor, energia solar e biocombustível.

PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE

Graduado em Ciências Agrárias, Agroecologia ou Agronomia, com especialização, mestrado ou doutorado.

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO

Estado, Políticas Públicas e Sociedade
Esporte, lazer e saúde
Vigilância em saúde e Saneamento Ambiental
Educação e legislação ambiental
Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário I

PROGRAMA

OBJETIVO GERAL:

Capacitar os alunos através das práticas e princípios básicos da agroecologia e da Permacultura mostrando que é possível criar sistemas integrados produtivos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Treinar os alunos a pensar de forma autossuficiente e com conhecimento em técnicas que impulsionem o desenvolvimento de práticas de produção de alimentos, criação de animais e reutilização de recursos;
- ✓ Conhecer a evolução da permacultura no Brasil e no mundo;
- ✓ Propiciar conhecimentos básicos sobre princípios e ética da permacultura.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Origem e histórico da Agricultura;
- Domesticação das plantas e animais

- Revoluções Agrícolas
- Agricultura Convencional
- Principais impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos ocasionados pela agricultura moderna.
- Commodities
- Agricultura de Base Ecológica, Agricultura Orgânica, Agricultura Biológica, Agricultura Natural, Agricultura Biodinâmica, Agricultura Sustentável.
- Agroecologia
- Agroecologia de Base Ecológica, Tecnológica e Socioeconômica
- Agroecossistema: unidade básica de análise e estudo
- Ecossistema versus Agroecossistema
- Transição Agroecológica
- Desenvolvimento Sustentável
- Vivência Agroecológica
- Compostagem
- Sugestões de aplicação do composto orgânico
- Vermicompostagem
- Exemplo da técnica aplicada na Embrapa Agrobiologia
- Ciclos biogeoquímicos: Água, Carbono, Oxigênio, Nitrogênio, Enxofre e Fósforo.
- Sistemas Agroflorestais – SAF's
- Manejo Integrado de Pragas e doenças
- Controle Biológico
- Patógeno: como interferem nas funções da célula e causam doenças?
- Princípios Gerais de Controle de Pragas e Doenças
- Permacultura
- O cuidado com a terra;
- O cuidado com as pessoas;
- Distribuição dos excedentes e limites de consumo.
- Design permacultural e planejamento de sítio:
- Planejamento por setores;
- Planejamento por zona: Zona-0, zona-1, zona-2, zona-3, zona-4 e zona-5
- A ecologia da permacultura:
- Produção de sabão com óleo vegetal reciclado;
- Energias alternativas: Biodigestor, energia solar e biocombustível;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONILHA, J.A. **Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida.** NOBEL. p. 266 São Paulo, 1992.

MIGUEL, A. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3ed. rev. ampl. São Paulo: AS-PTA. p.400, 2012.

NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L de.; VEZZANI, F. M. **Agroecologia. Práticas, Mercados e Políticas para uma nova agricultura.** Kairós Edição. Curitiba, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.**

LEGAN, Lucia. Soluções Sustentáveis – **Permacultura na Agricultura Familiar/Lucia legan, Pirinópolis, GO**: Mais calango Editora. Pirinópolis, GO: Ecocentro IPEC – Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado, 2007.

MDA/SAF/DATER-IICA. p. 166. Brasília, 2004. MACEDO, R.L.G. **Princípios básicos para o manejo sustentável de sistemas agroflorestais**. UFLA/FAEPE. p. 153. Lavras, 2000.

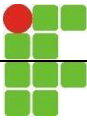
SACCO dos ANJOS F. **A agricultura familiar em transformação**: O caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: UFPEL/ Editor Universitária, 1995. 170p.

YARED, J.A.G.; BRIENZA JÚNIOR, S.; MARQUES, L.C.T. **Agrossilvicultura: conceitos, classificação e oportunidades para aplicação na Amazônia brasileira**. Belém: Embrapa – CPATU, 1998. 39 p. (Embrapa – CPATU. Documentos, 104).

ELABORADO POR:
Lucas Magalhães Alves

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	ESPORTE, LAZER E SAÚDE				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
II	30	10		02	40
EMENTA					
Esporte, lazer e saúde. Estilo de vida e os fundamentos da aptidão física relacionada a saúde. Lazer ativo e socialização através da prática de esportes. Estrutura administrativa da Educação Física e do Esporte. Modelos organizacionais das competições esportivas. Organização de cerimonial e encerramento de competições. Política nacional de educação física e desportos. Elaboração de projeto para a organização de evento esportivo.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Educação física, com especialização, mestrado ou doutorado					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Estado, políticas públicas e sociedade;					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Oportunizar aos estudantes conhecimentos teóricos e vivências práticas que colaborem para a incorporação de um estilo de vida ativo e sadio através da Educação Física.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fomentar uma formação ética e engajada nas estruturas de eventos e administração do Esporte, Lazer e Educação Física; ✓ Suscitar a necessidade de dialogar com outras áreas do conhecimento no intuito de reconhecer os aspectos transdisciplinares e multidisciplinares do conhecimento; 					

<p>✓ Permitir que os alunos sejam capazes de planejar, organizar, elaborar e administrar projetos de esporte e lazer;</p> <p>✓ Compreender o esporte e o lazer num contexto plural e complexo de Políticas públicas;</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Lazer e política pública no Brasil; • Animação sociocultural; • Aspectos legais da educação física e sua relação com a gestão em esporte e lazer; • Organização de evento esportivo (festival); • Formação de quadro profissional e redes de animação em políticas públicas.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.</p> <p>MANHÃES, E. D. Política de esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p> <p>MARCELLINO, N. C. Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BITTENCOURT DE SÁ, Sônia Maria Neves. Esporte de Natureza, Políticas Públicas e Sustentabilidade - Reflexões Para Gestão Pública Das Cidades. Curitiba: Appris, 2015</p> <p>FILHO, Lino Castellani (org.) Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Autores Associados - São Paulo, 2007.</p> <p>MANHÃES, Eduardo Dias. Política de esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.</p> <p>MARCELLINO, N. C. (org.). Formação e desenvolvimento de pessoal em lazer e esporte. Campinas, SP: Papyrus, 2003.</p> <p>MEZZADRI, Fernando Marinho. Políticas Públicas e Esporte. São Paulo: Fontoura, 2014.</p>
ELABORADO POR:
Martinho Correia Barros

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social		
Disciplina:	VIGILÂNCIA EM SAÚDE E SANEAMENTO AMBIENTAL					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	30	10		02	40	
EMENTA						

A vigilância em saúde e os seus aspectos nas áreas: epidemiológica, sanitária, ambiental, com enfoque no meio ambiente e na sustentabilidade. A vigilância em saúde inserida no Sistema Único de Saúde (SUS) como modelo de gestão de Saúde Pública. A Saúde preventiva e a importância da Educação na saúde. A necessidade de desenvolver o Saneamento ambiental. A importância do estudo das Zoonoses e o conceito de Saúde Única.
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE
Graduado em nível superior em Medicina, Medicina Veterinária, Biologia, Farmacologia, Enfermagem ou áreas afins.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Estado, políticas públicas e sociedade; Educação e legislação ambiental;
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Ao final do curso, o aluno deverá ser capaz de compreender os processos ambientais relacionados às questões de saúde pública.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Capacitar comunitários com escolarização de nível médio para atuar de forma qualificada na Vigilância em Saúde, na perspectiva de agir de forma crítica sobre eventos de saúde relacionados com o meio ambiente e o saneamento ambiental, visando o controle de atores de risco biológicos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Vigilância em saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> Conceitos em vigilância em saúde Sua organização no Sistema Único de Saúde - SUS A Saúde coletiva e preventiva Programa nacional de imunização - PNI Educação em saúde pública A importância das Zoonoses para a saúde pública <p>Saneamento ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> Conceito Importância na promoção da saúde pública <p>Vigilância epidemiológica</p> <ul style="list-style-type: none"> Notificação de doenças e agravos à saúde Sistemas de informação <p>Vigilância sanitária</p> <ul style="list-style-type: none"> Ações em vigilância sanitária <p>Vigilância ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> Gestão do lixo Gestão da água e esgoto <p>Saúde única: Uma nova percepção na promoção de saúde pública</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
Brasil. Ministério da Saúde. Vigilância em Saúde no SUS: fortalecendo a capacidade de resposta aos velhos e novos desafios. Brasília: Ministério da Saúde: 2006.

CAMELLO, T. C. F.; GARCIA, V. S.; ARAÚJO, S. B. & ALMEIDA, J. R. **Gestão e Vigilância em Saúde Ambiental**. Thex Editora – Rio de Janeiro, 2009. 324p.

PHILIPPI Jr, A. **Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um desenvolvimento sustentável**. Manole: São Paulo. 2005. 842 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARQUES, Maria Cristina da Costa et. al. **Vigilância sanitária: da gestão ao risco sanitário: teoria e prática**. RiMa, 2006.

MEDRONHO, R.A.; BLOCH, K.V.; LUIZ R.R. ET. AL. **Epidemiologia**. Atheneu editora, 2008. 790p. PHILIPPI, JR., A.; COLACIOPPO, S.; MANCUSO, P.C.S. Temas de Saúde e Ambiente. Signus editora, 2008. 384p.

RIBEIRO, H. **Olhares Geográficos: meio ambiente e saúde**. São Paulo – SENAC editora. 2005. 222p.

SALDIVA, P. et. al. **Meio Ambiente e Saúde: o desafio das metrópoles**. Instituto Saúde e Sustentabilidade - São Paulo: Ex-Libre Comunicação Integrada, 2010. 200p.

TEIXEIRA, Carmen Fontes (Org.). **Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências**. Salvador: EDUFBA, 2010. 161 p.

ELABORADO POR:
 Christiano Teixeira de Figueiredo

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
II	50	10		03	60
EMENTA					
Histórico da Formação do Pensamento Ambiental. O agro-desenvolvimento ambiental fisiocrata. A modernidade da Revolução Industrial e à Acumulação Flexível. O conservacionismo e preservacionismo. Desenvolvimento Sustentável. Noções de Legislação Ambiental.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Nível Superior, com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Estado, políticas públicas e sociedade					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Formar alunos conscientes e capazes de compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					

- ✓ Entender o porque surge o Pensamento Ambiental no momento de grandes mudanças no mundo.
- ✓ Compreender as transformações históricas ocorridas no mundo a partir do surgimento do pensamento Ambiental a partir da Revolução Industrial.
- ✓ Diferenciar atividades conservacionista e preservacionistas.
- ✓ Conhecer as leis ambientais que regem o Brasil.
- ✓ Compreender a importância da ciência ergonomia em sua atividade de trabalho.
- ✓ Entender a necessidade de utilizar os equipamentos de segurança na prática de suas atividades cotidianas.
- ✓ Aprender a identificar situações de riscos e como evitá-las.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Histórico da Formação Ambiental a partir do marco histórico da Revolução Industrial;
- A modernidade da revolução industrial à acumulação flexível;
- O despertar da consciência ambiental planetária;
- O desenvolvimento sustentável;
- A justiça social;
- Impactos ambientais em ecossistemas naturais e em ecossistemas agrícolas;
- Impactos ambientais em sistemas urbanos;
- Poluição do solo: o problema do lixo sólido; Poluição das águas; Lutas em defesa do meio ambiente; Estocolmo 72: a tomada de consciência;
- A falência do modelo consumista de desenvolvimento;
- Noções de legislação ambiental;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACSELRAD, Henri (org.). **A Duração das Cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

CASTELLS, Manuel (1999). **O Poder da Identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


Brasil. **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

Brasil. **Legislação Ambiental**. Ministério do Meio Ambiente. Consultoria Jurídica. **Básica**/Ministério do Meio Ambiente. Consultoria Jurídica. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, UNESCO, 350 p.: il. ; 25,5. 2008.


Brasil. **Os diferentes matizes da educação ambiental no Brasil: Série Desafios da educação ambiental**. Ministério do Meio Ambiente. Departamento de Educação Ambiental. Brasil. Brasília, DF: MMA,. 290 p.; 21, 2008.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e prática**. 3 ed. São

Paulo: Gaia, 1994. JACOBI, PEDRO. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.
ELABORADO POR:
David Oliveira da Silva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	ORGANIZAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO I				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
II	10	10		01	20
EMENTA					
O Técnico em Desenvolvimento Comunitário e os projetos sociais. O desenvolvimento humano e as relações interpessoais. A mobilização social e o papel do líder.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Administração, Serviço Social ou Gestão Pública, com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Estado, políticas públicas e sociedade Agroecologia Esporte, lazer e saúde Vigilância em saúde e Saneamento Ambiental Educação e legislação ambiental					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Proporcionar a discussão sobre o ser humano, suas potencialidades e suas relações interpessoais, buscando desenvolver possibilidades metodológicas de mediação de conflitos e de conciliação para o Técnico em Desenvolvimento Comunitário enquanto liderança comunitário.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Analisar a formação do ser humano e suas potencialidades. ✓ Representar os funcionamentos das Relações Humanas. ✓ Pesquisar os conceitos básicos da relação entre psicologia, sociedade e comunidade. ✓ Analisar como a transferência e a contra transferência impactam nas relações Coletivas 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A evolução do ser humano: <ul style="list-style-type: none"> • biológica; • psicológica; 					

<ul style="list-style-type: none"> • social; <ul style="list-style-type: none"> ✓ O desenvolvimento: • da criança; • do adulto e; • do idoso. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento da personalidade humana segundo a psicologia: • que é personalidade; • desenvolvimento da personalidade. <ul style="list-style-type: none"> ✓ Relações Humanas: • conceitos; • sociabilização; • organização comunitária; • capital social e capital humano <ul style="list-style-type: none"> ✓ Conceitos da psicologia social e comunitária: • que é psicologia social; • que é psicologia comunitária <ul style="list-style-type: none"> ✓ O papel da socialização: • contatos sociais primários; • contatos sociais secundários; • a importância do convívio social na formação da identidade; • consequências do isolamento para o ser humano; <ul style="list-style-type: none"> ✓ Formas de atuação para atender e amenizar situações de conflitos pessoais e sociais e para facilitar a implementação da intervenção educativa sociocomunitária ✓ Liderança e protagonismo na comunidade
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>MARTINELLI, Dante; ALMEIDA, Ana Paula. Negociação: como transformar confronto em cooperação. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>GRÜN, Anselm; ROBBEN, Ramona. Estabelecer Limites , Respeitar Limites - Segredos para Relações Interpessoais Bem-sucedidas. São Paulo: Vozes Nobilis.</p> <p>RESENDE, Enio. As 4 Principais Lideranças da Sociedade e Suas Competências. São Paulo: Summus, 2008.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>MANN, Rebecca. Comportamentos conflituosos: como lidar com “empregados-problema”. São Paulo: Nobel, 1995.</p> <p>MOORE, Christopher. O processo de mediação: estratégias para a resolução de conflitos. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p> <p>FRITZEN, Silvano José. Relações Humanas Interpessoais. São Paulo: Vozes.</p> <p>SUCESO, Edina de Paula Bom. Relações Interpessoais e Qualidade de Vida no Trabalho. São Paulo: Qualitymark, 2002.</p> <p>WEISS, Donald. Como resolver ou evitar conflitos no trabalho. São Paulo: Nobel, 1994.</p>
ELABORADO POR:
Martinho Correia Barros

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	ECONOMIA DOMÉSTICA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
III	30	10		02	40
EMENTA					
A economia doméstica. Família como unidade econômica. Determinantes de renda familiar. A influência econômica na família. A administração na renda familiar, da propriedade e dos bens nos contextos urbano e rural. Economia doméstica e qualidade de vida.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Administração, Serviço Social ou Gestão Pública, com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Ética e Cidadania Organizacional Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário II					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Aprender a simplificar e otimizar os recursos, melhorando a qualidade de vida e instruir no planejamento do lar, do uso da renda familiar bem como no racionamento de despesas, entre outros.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
Diagnosticar e propor soluções viáveis para o atendimento das necessidades básicas das comunidades, famílias, grupos domésticos e indivíduos nas diferentes faixas etárias visando a melhoria da qualidade de vida					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
Diagnóstico da Unidade Familiar Treinar a Previdência Calcular e Prevenir as despesas variáveis Compras para o dia a dia Energia Tarefas Domésticas Diversão e Lazer Higiene, Saúde e Beleza Crianças Dinheiro (Impostos, Contas Bancárias, Créditos e Seguros) Poupar pra quê?					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
AMARAL, C.C. Fundamentos de economia doméstica: perspectiva da condição feminina e das relações de gênero. Fortaleza: UFC, 2000.					

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a Transformação das Pessoas em Mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e de Tributação**. 4. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MATTEI, L. **A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade**. Revista de Economia e Sociologia Rural. v. 45. n. 4. Brasília Out./Dez. 2007.


SOARES, P. R. S.; LEBOUTTE, C. **Educação Financeira para família**. São Paulo: All Print Editora, 2007.

LOPES, J. C.; ROSSETTI, J. P. **Economia Monetária**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria (org). **Economia do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FAUCHEUX, S.; NOEL, F. J. **Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

ELABORADO POR:
Lucas Magalhães Alves

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Desenvolvimento Educacional e Social		
Disciplina:	MÍDIAS DIGITAIS E SOCIAIS APLICADAS À COMUNICAÇÃO				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
III	10	30	-	02	40
EMENTA					
Comunicação e mobilização social. As oportunidades de uso das mídias sociais no contexto das ações de comunicação e de negócios. Estratégia e planejamento de ações em mídias sociais, perfis envolvidos, características das principais redes, métricas, ferramentas de avaliação e prevenção a crises. Gestão do conteúdo nas redes.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Tecnologia da Informação e Comunicação, com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário II					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Abordar a questão da técnica na constituição e transformação das sociedades e da cultura midiática, discutir as principais teorias no campo das ciências da comunicação em sua interface com a tecnologia, traçar um panorama geral dos aspectos comunicacionais, sociais e culturais das novas tecnologias de					


<p>comunicação e gerenciar dados e informações institucionais através das tecnologias da informação e comunicação.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisar as diversas mídias da comunicação e identificar os vários aspectos da Comunicação Social. ✓ Pesquisar as ferramentas adequadas ao uso da comunicação para projetos comunitários. ✓ Utilizar Planos de Comunicação para mobilizar e convocar para causas sociais. ✓ Caracterizar o funcionamento da relação entre a sociedade e os meios de comunicação de massa. ✓ Utilizar os processos de informar, persuadir e entreter as pessoas. ✓ Registrar e divulgar a história organizacional, a rotina diária, as relações pessoais e de trabalho. ✓ Acompanhar as inovações das tecnologias de comunicação na área organizacional e suas projeções futuras para a implantação de projetos sociais. ✓ Utilizar plataformas de desenvolvimento de websites, blogs e redes sociais, para publicação de conteúdo na internet. ✓ Identificar e utilizar ferramentas de armazenamento de dados na nuvem.
<p style="text-align: center;">CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</p>
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A sociedade em rede Cultura, sociedade e economia no contexto da transformação tecnológica; A transformação do trabalho diante da sociedade da informação; O papel das mídias na sociedade interconectada; Internet e redes sociais digitais no exercício da cidadania ✓ As teorias da cibercultura Manuel Castells e a Era da Informação; Reflexos das mudanças do tempo e do espaço na sociedade interativa; Pierre Levy e a Inteligência coletiva; Ciberespaço ou a virtualização da comunicação ✓ As organizações empresariais e as redes sociais digitais A força das conexões sociais ; Produção e consumo da informação nas redes sociais digitais; Inovação tecnológica nos relacionamentos dos negócios; Estratégias empresariais mediante à produção colaborativa de conteúdo ✓ Novas formas de produção, difusão e consumo cultural através das Mídias Digitais O cidadão como produtor e consumidor de conteúdo informacional; Jornalismo: impactos das mídias digitais na produção e distribuição de notícias; Música: novos arranjos de produção e consumo na Internet; Desafios da televisão, do rádio e do cinema na economia digital ✓ Ferramentas de Mídias Sociais Redes Sociais digitais e Mídias Sociais; Relacionamentos e negócios em sites de redes sociais digitais; Comunicação, Colaboração, Educação e Entretenimento como estratégia social; Estratégias digitais de Marketing ✓ Monitoramento e Métricas das estratégias nas mídias sociais Monitoramento nas mídias sociais; Definição de métricas a partir dos objetivos de negócios; Planejamento estratégico de monitoramento nas mídias sociais; Mensuração e análise de dados das mídias sociais ✓ Nativos digitais e o futuro da Internet

Era dos nativos digitais; Geração Internet na força de trabalho; Democracia e engajamento cívico; Cultura da Convergência e Consumo; Os desafios e as novas perspectivas das profissões na era digital; Perspectivas globais da sociedade em rede
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
Martino, Luís Mauro Sá. Teoria Das Mídias Digitais - Linguagens, Ambientes e Redes. São Paulo: Vozes, 2015.
NAKAMURA, Rodolfo. Mídia: Como fazer um planejamento de mídia na prática. São Paulo: Farol do Forte, 2009.
DORDOR, Xavier. Mídia / Mídia alternativa: A escolha de uma estratégia global de comunicação para a empresa. São Paulo: Grupo de Mídia, 2007.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ZELTNER, Herbert. Gerenciamento de mídia: ajudando o anunciante a ampliar seus conhecimentos em mídia. São Paulo: Nobel, 2001.
CHRISTOPHER BARGER, Scott Monty. O Estrategista em Mídias Sociais. São Paulo: DVS Editora, 2014.
VERONEZZI, José Carlos. Mídia de A a Z. São Paulo: Flight Editora, 2002
MONTEIRO, Diego; AZARITE, Ricardo. Monitoramento e métricas de Mídias Sociais. São Paulo: DVS Editora, 2014.
FERNANDEZ, Amyris. Planejamento de mídias digitais. São Paulo: Blucher, 2016.
ELABORADO POR:
Martinho Correia Barros

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	ÉTICA E CIDADANIA ORGANIZACIONAL				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
III	30	10		02	40
EMENTA					
A ética e as teorias sobre os princípios éticos. Ética no mundo contemporâneo. Ética e responsabilidades. Ética e moral. Noções de cidadania. Cidadania e esfera pública. Cidadania, direitos humanos e participação política.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Administração, Serviço Social ou Gestão Pública, com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Economia Doméstica; Organização e Prática Profissional em Desenvolvimento Comunitário II					
PROGRAMA					

OBJETIVO GERAL:
Proporcionar e fomentar estudos sobre Ética e Cidadania Organizacional com o intuito de projetar políticas e programas pertinentes às práticas de Desenvolvimento Comunitário em relação aos direitos e deveres do cidadão e da cidadã, à legislação trabalhista e aos direitos sociais e humanos.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Analisar o Código de Ética Profissional, da legislação trabalhista, do trabalho voluntário e das regras e regulamentos organizacionais. ✓ Analisar procedimentos para a promoção da imagem organizacional. ✓ Relacionar as técnicas e métodos de trabalho com os valores de cooperação, iniciativa e autonomia pessoal e organizacional. ✓ Analisar a importância da responsabilidade social e da sustentabilidade na formação profissional e ética do cidadão
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Ética e moral</p> <p>Valores éticos individuais e organizacionais</p> <p>Conduta humana fundamentada na ética</p> <p>Por que falar sobre ética?</p> <p>A conduta cidadã</p> <p>Cidadãos: direitos e deveres cotidianos</p> <p>Ética profissional</p> <p>Código de ética</p> <p>Gestão da reputação do profissional</p> <p>Ética na administração e gestão</p> <p>Questões éticas envolvidas nos relacionamentos interpessoais no trabalho</p> <p>Adversidades no ambiente de trabalho e o papel da liderança</p> <p>A gestão da diversidade valorizando as diferenças no convívio social e profissional</p> <p>A segurança no trabalho para pessoas com deficiência</p> <p>Interculturalidade, relações interpessoais e a conduta ética profissional</p> <p>Ética nas negociações</p> <p>A ética, a transparência e a responsabilidade social</p> <p>Ética pessoal, pública e privada</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>OLIVEIRA, Manfredo de (Org.). Correntes fundamentais de ética contemporânea. Petrópolis: Vozes, 2000.</p> <p>PASSOS, Elizete. Ética nas Organizações. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>MARCONDES, DANILO. Textos básicos de Ética: De Platão a Foucault. Editora Zahar, 2009.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>RUSS, Jacqueline. Pensamento ético contemporâneo. Trad. de Costança Marcondes Cesar. S. Paulo: Paulus, 1999.</p> <p>VALLS, Álvaro L.M. O que é a Ética. 9 ed. S. Paulo: Brasiliense, 1996</p> <p>FRANKENA, W. J. Ética: curso moderno de Filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.</p>

CAMARGO, Marculino. Fundamentos de Ética Geral e Profissional . São Paulo: Vozes, 2014.
GALLO, Silvio. Ética e Cidadania - Caminhos da Filosofia . Campinas: Papyrus, 2002
ELABORADO POR:
Martinho Correia Barros

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social 	
Disciplina:	MANEJO E ORDENAMENTO PESQUEIRO				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
III	30	10		02	40
EMENTA					
Situação da pesca no Mundo. O papel da avaliação de estoques em manejo pesqueiro. Objetivo do manejo de estoques pesqueiros. Manejo das pescarias. Estratégias e táticas de pesca, otimização e delineamento de políticas de manejo adaptativo. Ações ambientais na área da pesca em candamento no setor. A legislação ambiental e pesqueira no Brasil e na Amazônia. A legislação ambiental e pesqueira no Brasil e na Amazônia.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Graduação em Engenharia de Pesca ou Tecnólogo em Produção Pesqueira, com especialização, mestrado ou doutorado					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Educação e Legislação Ambiental					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Adquirir conhecimentos em manejo de recursos pesqueiros, compreendendo os aspectos básicos do manejo, com aplicação em modelos práticos nas áreas de pesca. Utilizar dos conhecimentos, auxiliando no desenvolvimento dos projetos de pesca, nas áreas de administração pesqueira e na área de biologia aquática.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
Entender e analisar a pesca na Amazônia. Descrever os tipos de pesca, pescadores, tipos de apetrechos e a frota pesqueira. Descrever e estabelecer relações entre os tipos de manejo e táticas de manejo. Conhecer a gestão dos recursos pesqueiros, através dos acordos de pesca. Conhecer a legislação pesqueira e sua aplicação na Amazônia.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

- Avaliação e monitoramento das pescarias (amostragem das informações, análise dos dados e avaliação dos estoques, sobrepesca, subpesca, rendimento sustentável, produção máxima sustentável, esforço e captura por unidade de esforço).
- Diagnóstico da pesca artesanal (tecnologia pesqueira, infraestrutura de conservação do pescado, infraestrutura de comercialização, infraestrutura social e programa de assistência à pesca artesanal continental na Amazônia: melhoramento das infraestruturas de conservação e comercialização, controle econômico da produção).
- Aparelhos e métodos de pesca (Armadilhas, anzóis e linhas, redes estacionárias, redes de arrasto, redes de cerco, efeitos destrutivos das pescarias).
- Manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia, Identificação dos conflitos na pesca da Amazônia e de seus fatores causais.
- Táticas no manejo dos recursos pesqueiros, táticas no manejo da atividade.
- Acordos de pesca na Amazônia (participação popular, efetividade e legalidade).
- Legislação Pesqueira (Federal, Estadual e Municipal).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOWE-McCONNELL. Estudos ecológicos de comunidades de peixes tropicais: Tradução Anna Emília A. de M. Vazzoler, Ângelo Antônio Agostinho, Patrícia T.M. Cunningham. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999 – (Coleção Base). ISBN 85-314-0493-2.

MELQUIADES PINTO PAIVA. **Fundamentos da Administração Pesqueira**. EDITERRA, BRASILIA, 1986. 156p.

MAURO LUIS RUFFINO. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Brasileira**, Manaus: Ibama/ProVárzea, 2004. 272 p. ISBN 85 - 7401 - 124 – X.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, B.G. **Os acordos de Pesca na Amazônia**: Uma perspectiva diferenciada de gestão das águas. 2009


CADDY, J.F; MAHON, R. **Puntos de Referencia para la ordenación pesquera**. FAO Documento Técnico de Pesca No. 347, ROMA, FAO, 1996. 109p.

RENATO S. CARDOSO; CARLOS EDUAR DE CARVALHO FREITAS. Desembarque e esforço de pesca da frota pesqueira comercial de Manicoré (Médio rio Madeira), Brasil. *Acta Amazonica*, 37 (4): 605-612. 2007

CASTRO, F.; MCGRATH, D. **O manejo comunitário de lagos na Amazônia, Parcerias estratégicas** - número 12 - setembro 2001. COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Odete Medauar, org. Ed. Revista dos Tribunais, 2008.

NÍDIA NOEMI FABRÉ; RONALDO BORGES BARTHEM. (Org.) **O manejo da pesca**

<p>dos grandes bagres migradores: Piramutaba e Dourada no Eixo Solimões-Amazonas. Coleção Documentos Técnicos: Estudos Estratégicos Manaus: Ibama, ProVárzea, 2005. 114 pp.</p> <p>CARLOS EDUAR DE CARVALHO FREITAS; ARAÚJO, L.M.S. SOUZA, L.A.; NASCIMENTO, F.A.; COSTA, E.L. Cadeia produtiva da pesca artesanal e da piscicultura familiar. Relatório técnico. UGD/Seplan/Banco Mundial. 2005</p>
<p>ELABORADO POR:</p> <p>David Oliveira da Silva</p>

<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p> 					
Curso:	TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Desenvolvimento Educacional e Social	
Disciplina:	LEGISLAÇÃO E MANEJO FLORESTAL				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
III	30	10		02	40
EMENTA					
<p>Considerações iniciais e conceitos sobre Dendrometria; Medição de diâmetros e circunferências de árvores e instrumentos utilizados; Medição de altura de árvores e instrumentos utilizados; Medição do volume de árvores e produtos florestais, Introdução ao Inventário Florestal Manejo florestal; Legislação florestal.</p>					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em Engenharia Florestal					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Economia Doméstica; Ética e Cidadania Organizacional;					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Despertar no aluno a compreensão do manejo florestal a partir de conceitos, princípios, fundamentos técnicos e sócio-econômicos, ambientais e legais.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Orientar os alunos quanto às exigências legais, etapas, procedimentos e requisitos necessários para a elaboração de planos de manejo florestal sustentado – comunitário, simplificado e empresarial. ✓ Conduzir o aluno a compreender o princípio do rendimento sustentado para o manejo policíclico de floresta tropical. ✓ Despertar no aluno a importância e a relação entre uso múltiplo dos recursos florestais e a produção sustentada e contínua dos benefícios diretos e indiretos e de serviços da floresta. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
I. Considerações iniciais e conceitos sobre Dendrometria: medidas diretas e indiretas; unidades de medidas; Algarismos significativos; critérios de arredondamento; símbolos;					

<p>II. Medição de diâmetros: definição de DAP; importância do DAP; área basal; medidas de DAP e CAP; instrumentos de medição (suta, fita diamétrica); formas das seções do fuste; situações práticas de campo e pontos de medição;</p> <p>III. Medição de altura: definição; estimação de alturas de árvores; erros de estimação das alturas;</p> <p>IV. Volumetria: medição do volume de uma árvore; formas do fuste; determinação do volume do fuste; madeira empilhada (volume estéreo, fator de empilhamento);</p> <p>V. Introdução ao inventário florestal: conceitos; importância; planejamento e tipos de inventário; amostragem casual simples;</p> <p>VI. Manejo florestal: definição/conceito; objetivo; modalidade; plano de manejo e plano operacional anual; área de manejo florestal; área de preservação permanente; área destinada a outros usos do solo; área de reserva legal; área de produção florestal; inventário pré-exploratório; legislação florestal.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>			
<p>D'OLIVEIRA, M. V. N.; ARAÚJO, J. B. de; CORREIA, M. F.; SILVA, M. P. da. Manejo Florestal Sustentável na Pequena Propriedade. Documentos, 106. EMBAPA: Rio Branco, AC, 2007.</p> <p>HIGMAN, S.; MAYERS, J.; BASS, S.; JUDD, N.; NUSSHAUM, R. Manual do Manejo Florestal Sustentável. Tradução: Áurea Maria Brandi Nardelli. Viçosa, MG, Ed. UFV, 2015.</p> <p>FERREIRA, M. A. C. Manejo Florestal na Amazonia Brasileira: Os indicadores da sustentabilidade. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2017.</p>			
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>			
<p>CAMPOS, J. C. C., LEITE, H. G. Mensuração Florestal- Perguntas e Respostas. 4ª ed. Viçosa (MG): Ed. UFV, 2013.</p> <p>EMBRAPA/CNPF . Curso de Manejo Florestal Sustentável, 1. 1997, Curitiba. TÓPICOS EM MANEJO FLORESTAL SUSTENTÁVEL. Colombo: EMBRAPA-CNPF, 1997. p. 59-96. (EMBRAPA-CNPF. Documentos, 34).</p> <p>MACHADO, S. do A., FILHO, A. F. Dendrometria. Curitiba (PR): Editores: Afonso Figueiredo Filho e Sebastião do Amaral Machado, 2003.</p> <p>SOARES, C. P. B., NETO, F. de P., SOUZA, A. L. Dendrometria e Inventário Florestal. 2ª ed. Viçosa (MG): Ed. UFV, 2012.</p> <p>SANQUETA, C. R., WATZLAWICK, L. F., CÔRTE, A. P., FERNANDES, L. de A. V. F., SIQUEIRA, J. D. P. Inventários Florestais – Planejamento e execução. 2ª ed. Curitiba (PR): Multi-Graphic e Editora, 2009.</p>			
<p>ELABORADO POR:</p>			
<p>Jacob Vieira Nunes</p>			

<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p>			
<p>Curso:</p>		<p>TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO</p>	
<p>Forma:</p>	<p>Subsequente</p>	<p>Eixo Tecnológico:</p>	<p>Desenvolvimento Educacional e Social</p>

Disciplina:	ORGANIZAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO II				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
III	10	10	-	01	20
EMENTA					
O Técnico em Desenvolvimento Comunitário e a proteção social básica. Programas e políticas públicas para o desenvolvimento humano e cidadão no Médio Solimões. Organização social de interesse comunitário.					
PERFIL PROFISSIONAL DO DOCENTE					
Graduado em História, Geografia, Filosofia, Sociologia, Pedagogia, Administração, Serviço Social ou Gestão Pública, com especialização, mestrado ou doutorado.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Economia Doméstica Mídias Digitais e Sociais Aplicadas à Comunicação Ética e Cidadania Organizacional Administração e Legislação Pesqueira Legislação e Manejo Florestal					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Fomentar a discussão sobre propostas metodológicas de trabalho de Desenvolvimento Comunitário e proporcionar aos estudantes o contato com os vários mecanismos sociais de proteção básica dispostos por leis e por políticas públicas.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Sistematizar informações conceituais e históricas dos projetos sociais e comunitários. • Analisar o desenvolvimento de projetos comunitários e seus parceiros. • Identificar demandas de articulação comunitária para o desenvolvimento local. • Avaliar as demandas e soluções adequadas ao ambiente para melhor atendimento da comunidade. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Levantamento histórico e análise da aplicabilidade de projetos sociais: <ul style="list-style-type: none"> • contexto institucional • missão e objetivos • organograma e fluxogramas • articulação de parcerias • ética das relações ✓ Simulações de atividades e experiências do ambiente de atuação profissional por meio das seguintes ferramentas: <ul style="list-style-type: none"> • estudos de casos • vídeos • filmes • depoimentos • música. ✓ Conceitos de experiências sociais que ressignificam e transformam as relações comunitárias (tecnologias sociais) e de desenvolvimento de projetos e seu impacto nas condições de vida. 					

<p>✓ Levantamento dos cenários e suas necessidades comunitárias locais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipos de instituições • Títulos e qualificações: • Classificação de projetos • Entidades representativas:
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>GOHN, Maria da Gloria. O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, Ongs e Redes Solidárias. São Paulo: Editora Cortez, 2005.</p> <p>VOLTOLINI, Ricardo. Terceiro Setor: Planejamento e Gestão. São Paulo: SENAC, 2012.</p> <p>CABRAL, Eloisa Helena de Souza. Terceiro Setor: Gestão e Controle Social. São Paulo: Saraiva, 2015</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>VIOLIN, Tarso Cabral. Terceiro setor e as parcerias com a Administração Pública: uma análise crítica. Belo Horizonte : Fórum, 2006.</p> <p>RESENDE, Enio. As 4 Principais Lideranças da Sociedade e Suas Competências. São Paulo: Summus, 2008</p> <p>GRÜN, Anselm; ROBBEN, Ramona. Estabelecer Limites , Respeitar Limites - Segredos para Relações Interpessoais Bem-sucedidas. São Paulo: Vozes Nobilis.</p> <p>VIEIRA. Evaldo. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>GALLO, Silvio. Ética e Cidadania - Caminhos da Filosofia. Campinas: Papyrus, 2002</p>
ELABORADO POR:
Martinho Correia Barros